



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca





PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL**



BRASÍLIA
1995



Presidente Fernando Henrique Cardoso

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 1^a Sessão Legislativa
Ordinária da 50^a Legislatura

1995





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
Vice-Presidente da República
Marco Antônio de Oliveira Maciel
Ministro de Estado da Justiça
Nelson Azevedo Jobim
Ministro de Estado da Marinha
Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira
Ministro de Estado do Exército
General-de-Exército Zenídio Gonçaga Zornastri de Lucena
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Ministro de Estado da Fazenda
Pedro Sampaio Malan
Ministro de Estado dos Transportes
Odasir Klein
Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
José Eduardo de Andrade Vieira
Ministro de Estado da Educação e do Desporto
Paulo Renato Souza
Ministro de Estado da Cultura
Francisco Corrêa Woffort
Ministro de Estado do Trabalho
Paulo de Tarso Almeida Prado
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
Reinhold Stephanes
Ministro de Estado da Aeronáutica
Tenente-Brigadeiro-do-Ar Mauro José Miranda Gandra
Ministro de Estado da Saúde
Adib Domingos Jatene
Ministra de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo
Dorothea Forseos Furquim Wmec
Ministro de Estado de Minas e Energia
Raimundo Mendes de Brito
Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
José Serra
Ministro de Estado das Comunicações
Sérgio Roberto Vieira da Motta
Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado
Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
José Israel Vargas
Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Gustavo Krause Gonçalves Sohrin
Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes
Edson Arantes do Nascimento
Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas
General-de-Exército Benedito Onofre Bezerra Leondi
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Clóvis de Barros Carvalho
Secretário-Geral da Presidência da República
Eduardo Jorge Caldas Pereira
Chefe da Casa Militar da Presidência da República
General-de-Brigada Alberto Mendes Cardoso
Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Embaixador Ronaldina Mota Sardenberg
Secretário de Comunicação Social da Presidência da República
Roberto Muysheri
Advogado-Geral da União
Geraldo Magela da Cruz Quintão

**MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL**

Brasil, Presidente, 1995- (F. H. Cardoso)

Mensagem ao Congresso Nacional, abertura da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura. - Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

132 p. (Documentos da Presidência da República).

1. Cardoso, Fernando Henrique, Presidente do Brasil, 1995
— Mensagens. I. Título.

CDD 354.81035

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Parte I	
SITUAÇÃO DO PAÍS	1
MOMENTO ECONÔMICO	3
Atividade Industrial	5
Nível de Emprego	5
Salários	5
Finanças Públicas	6
Setor Externo	6
DIMENSÃO SOCIAL	9
Educação	11
Saúde	14
Saneamento Básico	15
Alimentação e Nutrição	18
Habitação	19
Previdência Social	20
Parte II	
DIRETRIZES DE AÇÃO DE GOVERNO	23

ESTABILIZAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO	25
Desindexação	25
Ajuste Fiscal	26
FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	27
Receitas da Privatização	28
Recursos Privados	28
Mercado Internacional de Capitais	29
Captação dos Recursos e Articulação dos Investimentos	29
Desestatização	30
POLÍTICA ECONÔMICA PARA O SETOR PRODUTIVO	33
Política Industrial e de Comércio Exterior	33
Política Agrícola	37
Política de Ciência e Tecnologia	41
Política para a Área de Infra-Estrutura Econômica	44
POLÍTICA SOCIAL	47
Emprego	48
Educação	49
Saúde	53
Alimentação e Nutrição	54
Previdência e Assistência Social	55
Esporte	56
Cultura	58
Programa Comunidade Solidária	59
POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	63
POLÍTICA EXTERNA	67
O quadro internacional	69

As prioridades da ação externa brasileira	72
REFORMA ADMINISTRATIVA	77
AGENDA CONSTITUCIONAL	81
Ordem Econômica	83
Reforma Tributária	85
Reforma da Previdência Social	89
Parte III	
APÊNDICE ESTATÍSTICO	93



INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Iniciamos hoje, Legislativo e Executivo, uma jornada comum ao encontro das aspirações da Nação.

Pela vontade livre e soberana dos nossos concidadãos, compartilharemos nos próximos quatro anos, a responsabilidade de conduzir os destinos da República Federativa do Brasil.

Assumimos esse encargo num momento extraordinariamente propício à realização dos anseios de justiça e desenvolvimento do povo brasileiro. O povo julgará, dentro de quatro anos, a medida em que fomos capazes de nos erguer à altura do momento.

As perspectivas promissoras que se abrem diante do Brasil não diminuem, mas sim valorizam nosso desafio. Que oportunidade mais consagradora pode um político ambicionar, do que a de entregar seu País melhor do que encontrou ao assumir uma importante função pública? Por outro lado, que frustração poderia ser mais amarga do que a de deixar escapar essa oportunidade?

Reafirmo minha confiança naqueles a quem a Nação elegeu para representá-la no Congresso Nacional. Não lhes faltará patriotismo nem discernimento para adotar as medidas necessárias à transformação do País coerentemente com os compromissos que assumimos com os nossos eleitores.

Da minha parte, os Membros do Congresso encontrarão a mesma determinação para trilhar os caminhos da mudança, e a

permanente disposição para o diálogo, de modo que cada passo desta jornada na direção do desenvolvimento com justiça social seja ao mesmo tempo uma reafirmação da nossa crença comum na democracia.

Apresento a seguir, conforme o ditame constitucional, minha visão da situação do País, as diretrizes gerais da ação do meu Governo e a indicação das providências que julgo necessárias da parte do Congresso Nacional, com ênfase nas propostas de emenda constitucional que estarei submetendo a esta Casa a partir de amanhã.

Meu período de Governo se inaugura sob o sinal positivo do êxito do programa de estabilização econômica iniciado por meu antecessor, para cuja formulação e primeiras etapas da execução eu tive a honra de contribuir como Ministro da Fazenda.

A esta altura, sete meses após o seu lançamento, não cabem dúvidas sobre a eficácia do Plano Real do ponto de vista do controle da inflação e seus efeitos positivos em relação ao desempenho da economia.

Os índices de preços referentes ao mês de janeiro acusam uma variação inferior a 1,5 por cento, alimentada ainda basicamente pelo aumento dos aluguéis de imóveis e dos serviços. O preço da cesta básica vem recuando nas principais cidades do País. Tudo aponta para a continuidade dessa tendência declinante da inflação — isto, vale lembrar, sem congelamento, tabelamento ou qualquer outra forma de interferência direta sobre os preços.

Contrariando previsões apressadas sobre supostos efeitos recessivos do programa de estabilização — previsões baseadas na suposição errônea de que a austeridade necessária ao controle da inflação seria incompatível com o crescimento econômico, — o ano de 1994 registrou uma acentuada expansão do consumo interno, impulsionada principalmente pela recuperação do salário real, livre do cruel “imposto inflacionário”. A indústria reagiu positivamente ao aumento do

consumo, apresentando índices recordes de expansão da produção. No fim do ano, o nível de emprego na indústria paulista registrava uma variação positiva, revertendo quatro anos de queda contínua.

Meu Governo nasce, portanto, firmemente comprometido com a consolidação do Plano Real e o aprofundamento das reformas que darão sustentação ao crescimento econômico inaugurado nos últimos dois anos.

A continuidade do crescimento supõe a retomada do investimento em níveis semelhantes aos registrados pela economia brasileira na década de 70, acima de 20 por cento do Produto Interno Bruto. A retomada do investimento supõe, por sua vez, confiança na estabilidade econômica e política do País, e mudanças institucionais que facilitem à iniciativa privada assumir plenamente seu papel de eixo dinâmico da economia.

As expectativas em relação ao Brasil são amplamente favoráveis, tanto da parte dos investidores nacionais como dos estrangeiros. Mais do que expectativas, há projetos de investimento em andamento, e em número crescente. Outros serão iniciados na medida em que realizarmos as reformas estruturais necessárias à consolidação do Plano Real.

Estou convencido de que a agenda de modernização do País nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado no populismo econômico, no descontrole dos gastos e no forte intervencionismo estatal. Por isso, serei inflexível na defesa da disciplina fiscal e monetária, que é o fundamento da estabilidade econômica, e persistente na remoção dos regulamentos cartoriais que travam a competição e inibem a criatividade da iniciativa privada.

Dessa criatividade as empresas brasileiras já deram demonstração nos últimos anos. Primeiro, ao resistir à estagnação e às altas taxas de inflação, que praticamente inviabilizaram o recurso ao crédito bancário para a realização de investimentos produtivos. Depois, ao

responder positivamente ao desafio da abertura comercial iniciada em 1990, reestruturando-se, atualizando-se do ponto de vista tecnológico e gerencial para enfrentar a concorrência dos produtos estrangeiros, tanto no mercado doméstico como no exterior.

A integração competitiva do Brasil ao mercado mundial não é mais uma hipótese, mas um fato irreversível. O Mercosul já funciona como união aduaneira desde 1º de janeiro último. Os acordos de cooperação criando a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) estão sendo rapidamente definidos. Os compromissos que assumimos no recente encontro de governantes das Américas preveem a criação de uma área hemisférica de livre comércio dentro de dez anos, em 2005.

Meu Governo dará continuidade a esse processo — revestido, é claro, das medidas cabíveis contra práticas desleais de comércio e acompanhado dos incentivos necessários a novos ganhos de produtividade das empresas e ao aumento da eficiência sistêmica da nossa economia. Longe de uma ameaça à indústria doméstica, a abertura à concorrência externa deve ser encarada como um fator de distribuição de renda a favor dos assalariados, na medida em que os preços internos se aproximem dos preços internacionais, transferindo para o conjunto da sociedade os ganhos de produtividade já ocorridos e por ocorrer.

A abertura da economia implica a eliminação de restrições ao investimento estrangeiro e requer regras claras sobre a movimentação de capitais entre o Brasil e o exterior.

Por sua vez, o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e o setor produtivo não implica que a ação estatal deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. O Estado não sai de cena. Muda de papel. Suas funções de produtor direto passam para segundo plano, enquanto se reforça a autoridade pública para regular e fiscalizar as atividades transferidas para a iniciativa privada — notadamente os serviços essenciais.

Cabe ressaltar que desestatização e desregulamentação, tal como as entendo, não são diretrizes alheias às preocupações sociais. Ao contrário, são passos necessários na direção de uma verdadeira democracia econômica, que oriente a proteção do Estado para aqueles que efetivamente necessitam dela: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os mais pobres e os excluídos.

Com a retomada do crescimento da economia, o Brasil deverá investir o suficiente nos próximos quatro anos, para que não surjam pontos de estrangulamento na infra-estrutura de energia, transportes e telecomunicações. O Estado brasileiro não tem capacidade de financiar sozinho um grande volume de investimentos. E tem outras prioridades para os recursos gerados pela melhora da situação fiscal: as políticas sociais através das quais o País investe em seu povo.

A parceria com a iniciativa privada na ampliação da infra-estrutura econômica é fundamental, portanto, para aumentar o investimento público em saúde, educação, cultura, segurança, habitação, saneamento básico — em suma, nos programas essenciais à melhoria da qualidade de vida da população, de cuja orientação dá conta a segunda parte desta mensagem.

Ao mesmo tempo, a participação da comunidade é essencial para o êxito das próprias políticas sociais, apontando as prioridades corretas para a ação governamental, fiscalizando a aplicação dos recursos e auxiliando diretamente a execução das políticas. É este o sentido do Programa Comunidade Solidária, através do qual meu Governo buscará articular as ações da Administração Federal, dos Estados, Municípios e organizações não-governamentais nas áreas de maior concentração da pobreza no País.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

A concretização da agenda de reformas acima esboçada supõe uma intensa participação do Congresso Nacional. A modernização do Estado e da economia e a redução dos desequilíbrios sociais envolvem

um amplo conjunto de medidas no âmbito da legislação ordinária, além de mudanças constitucionais.

Na parte final desta mensagem, apresento a fundamentação das propostas de emenda constitucional que estarei encaminhando ao Congresso Nacional a partir de amanhã.

Entendo que, no espírito do sistema presidencialista, cabe ao Presidente da República motivar e articular as forças que apoiam o Governo, inclusive no plano parlamentar. Dentro desse espírito, tomarei as iniciativas cabíveis para o encaminhamento das reformas. Sabendo, porém, que, em função da estrutura constitucional brasileira, a última palavra em relação a emendas constitucionais é exclusivamente do Congresso Nacional, uma vez que elas não passam pela sanção presidencial.

Ao apresentar as propostas do Governo e participar das articulações políticas necessárias para a formação de um consenso a respeito delas, terei sempre presente, portanto, a soberania do Poder Legislativo.

Por esta razão, meu primeiro cuidado, antes mesmo da apresentação de qualquer proposta de texto constitucional, foi fazer chegar aos Membros do Congresso Nacional, de maneira clara e direta, o diagnóstico dos problemas que, do ângulo de visão do Poder Executivo, fundamenta a necessidade premente de reformas.

Tenho satisfação de constatar a boa acolhida das informações e explicações levadas por meus Ministros às bancadas dos partidos que apóiam o Governo, assim como de partidos que, não integrando a base parlamentar governista, mostram-se abertos à discussão de temas que interessam a toda a Nação, independentemente de alinhamentos partidários ou ideológicos. Ganhamos tempo, possibilitando que as propostas apresentadas a partir de amanhã já reflitam um princípio de entendimento entre o Executivo e o Legislativo, sem prejuízo dos

aperfeiçoamentos que venham a sofrer como resultado da discussão no âmbito do Congresso Nacional.

Se nós conseguirmos — e este é o empenho do Governo — construir um entendimento comum sobre os problemas do País em relação ao desenvolvimento econômico e à organização do Estado, isto é meio caminho andado para nos entendermos sobre as soluções no plano constitucional.

Creio que o consenso sobre o diagnóstico dos problemas amadureceu na sociedade. Os debates a respeito do Plano Real são um sintoma disso, ao apontar para uma convergência notável de opiniões sobre as causas da superinflação e, principalmente, sobre a necessidade de debelá-la, como pré-condição para avanços mais consistentes no plano econômico e social.

Tenho plena convicção de que a Casa do Povo irá refletir com sabedoria política o sentimento da sociedade, adotando as providências necessárias, no plano legislativo, para a consolidação da estabilidade econômica e para a ruptura das amarras ao desenvolvimento econômico e social do País.

O Brasil amadureceu para as mudanças. Vamos concretizá-las.

Brasília, 15 de fevereiro de 1995

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

PARTE I

SITUAÇÃO DO PAÍS

*Momento Econômico
Dimensão Social*

MOMENTO ECONÔMICO

Ao completar-se o sétimo mês desde o lançamento do Plano Real, pode-se confirmar que substanciais resultados foram alcançados no controle da inflação, na evolução do produto real, das vendas e do nível de emprego e salário real, não apenas nos setores industriais relevantes, mas na economia como um todo. Também merece destaque a evolução das contas públicas e do comércio exterior.

O êxito do Real pode ser medido, entre outros indicadores, pelo preço da cesta básica, que caiu quase 10 por cento entre a entrada da nova moeda em julho de 1994 e janeiro de 1995.

As expectativas para o primeiro trimestre do ano de 1995 são também favoráveis, no que diz respeito ao comportamento dos índices de preços, sobretudo em função da perspectiva de continuidade na queda dos preços agrícolas. O Governo está atento a fatores que podem influenciar o comportamento desses índices no início do ano, dentre os quais:

a) necessidade de reposição de estoques nos primeiros meses de 1995, aumentando o poder de barganha da indústria frente ao comércio;

b) pressões de custos decorrente de maiores despesas com mão-de-obra e embalagens, e em matérias primas, papel e celulose, metais e soda cáustica;

c) comportamento de preços com reajustes periódicos e com participação elevada nos índices, tais como mensalidades escolares, aluguéis residenciais e transporte urbano;

d) concentração de dissídios no primeiro semestre do ano.

A estabilização da moeda estimulou significativamente as vendas no varejo, em decorrência do ganho real de renda dos consumidores que despendem a maior parte de suas rendas em serviços e bens de consumo.

Cresceram também as vendas a prazo, não apenas pela possibilidade parcelamento das compras de bens duráveis de consumo, mas pela ação conjugada desse fator com a queda da inflação.

Para evitar que uma eventual explosão de consumo compromesse os objetivos de estabilização de preços, foram tomadas medidas para facilitar a importação de bens cuja oferta se mostrava insuficiente para atender às demandas da população. A contenção do crédito também contribuiu para o objetivo de evitar o acúmulo de pressões capazes de comprometer a administração do Plano Real.

Os efeitos da estabilização monetária sobre o consumo, mediados pelo desempenho do comércio varejista, têm sido mais persistentes que os observados por ocasião de outros planos de estabilização. No entanto, os níveis de venda agora tendem a se estabilizar de modo a permitir a coordenação entre os ritmos de expansão da produção interna (e da oferta externa) e das vendas no varejo.

A tarefa dos próximos meses é buscar a adequação entre demanda e oferta no comércio varejista, evitando a formação de estoques indesejados ou o desabastecimento generalizado. Assim, além de graduar o controle sobre o crédito na economia, a política econômica deve sinalizar com nitidez o caminho a ser percorrido de modo a facilitar as negociações entre indústria e comércio, evitando a formação de expectativas inflacionárias. É, ainda, necessário estabelecer as linhas básicas da política industrial para o País.

Atividade Industrial

Como o comércio, a indústria respondeu positivamente à introdução da nova moeda. Os dados disponíveis até setembro de 1994 indicavam excelente desempenho industrial, refletido no aumento da produção em 6 por cento nos últimos doze meses e com previsão de níveis recordes para outubro. A indústria paulista testemunhou um aumento significativo do seu nível de utilização da capacidade produtiva, que saltou de 76 por cento, aproximadamente, para 80 por cento em setembro e outubro, em valores dessazonalizados. Esses valores se aproximam da média de utilização da capacidade produtiva em 1986 e refletem, principalmente, o aumento da produção de automóveis e de bens de consumo eletroeletrônicos. Alguns setores demonstraram esgotamento de capacidade, especialmente aqueles fornecedores de matérias-primas e insumos, como embalagens e produtos químicos.

Nível de Emprego

O nível de emprego cresceu após a implementação do Plano Real. A taxa média de desemprego nas principais regiões metropolitanas, em outubro de 1994, foi de 4,53 por cento, contra 5,05 por cento em setembro.

Na indústria paulista o nível de emprego aumentou 0,12 por cento na segunda semana de dezembro. Esta recuperação do emprego com o Real poderá ser suficiente para praticamente manter o nível de emprego observado no final de 1993, revertendo quatro anos de contínua queda no emprego industrial.

Salários

A implementação do Plano Real teve impacto positivo também sobre os salários. Os maiores crescimentos foram observados em

setores de maior dinamismo no seu nível de atividade, pós-Real, como no comércio e outros setores que efetuaram antecipações depois da conversão para a URV. Por outro lado, a baixa taxa de inflação facilitou a manutenção do salário real médio nos setores que seguiram estritamente as regras do Real. No mesmo sentido, a massa salarial respondeu de forma mais rápida nos setores de maior criação de emprego, como o de serviços.

Finanças Públicas

Estimativas preliminares revelam que o Governo Federal acumulou em 1994 superávit primário de R\$ 9,2 bilhões, a preços correntes. As receitas da União (exclusive transferências) somaram R\$ 37 bilhões, contra R\$ 28 bilhões de despesas. A Previdência Social arrecadou R\$ 17 bilhões, contra R\$ 19 bilhões de despesas, sendo que R\$ 17 bilhões foram gastos com benefícios previdenciários.

Os principais fatores que contribuíram para o aumento real de 65 por cento do superávit primário indicado no período, comparando-se com o ano anterior, foram: a) o aumento das receitas do Tesouro, que cresceram 12,6 por cento; e b) a queda de 12 por cento das transferências a Estados e Municípios. O item que mais contribuiu na elevação da arrecadação do Tesouro no período foi a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), 73 por cento. Ambos os fatores compensaram a queda das receitas de janeiro a novembro do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), 8,1 por cento, e o aumento das despesas da União, 4,6 por cento, explicada, basicamente, pelo aumento dos gastos com pessoal (em abril foram pagas duas folhas).

Setor Externo

O setor externo da economia, antes protegido das flutuações inflacionárias pela taxa cambial e por diferentes barreiras para a

entrada de mercadorias e fluxo de capitais, passou a experimentar novas situações. Primeiro, com a redução das tarifas de importação, menores barreiras para a compra de produtos no exterior e a ampliação da integração regional via projeto do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o fluxo de comércio externo brasileiro alcançou novos recordes. Igualmente, a balança comercial adaptou-se gradualmente aos novos parâmetros da política cambial e aduaneira, como também demonstrou a capacidade de utilizar ganhos de produtividade para manter mercados no exterior e ganhos financeiros, mesmo com pressões do custo em moeda nacional. O ano de 1994 também cristalizou o cenário de termos de trocas muito favoráveis para o Brasil, com significativos aumentos em várias importantes *commodities* exportadas.

Importa ressaltar ainda que, em 1994, o comércio exterior brasileiro apresentou resultados bastante positivos, com as exportações alcançando US\$ 44 bilhões e as importações US\$ 34 bilhões, o que significou um superávit comercial de US\$ 10 bilhões.

Este desempenho retrata a relevância das medidas adotadas com vistas a estimular o setor exportador, ressaltando-se: a isenção do Cofins nas exportações de bens e serviços; a concessão de crédito do Programa de Integração Social (PIS) e Cofins para insumos destinados à produção para a exportação; a isenção do PIS sobre exportações de bens primários e nas exportações realizadas por *trading companies*.

De forma análoga, foi ampliada a lista de bens passíveis de financiamento nas exportações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), abrangendo bens de consumo duráveis e os demais bens de capital até então não contemplados. A medida assegura adequado apoio financeiro a segmentos específicos do setor exportador, favorecendo sua competitividade, uma vez que a concorrência no mercado internacional nesses tipos de produtos não dispensa o aporte de financiamento.

A conformação da União Aduaneira do Mercosul, com a aprovação da Tarifa Externa Comum em dezembro de 1994 e sua posterior implementação em 1º de janeiro de 1995, descontina um mercado de aproximadamente US\$ 700 bilhões a preços correntes de 1994, abrangendo em torno de 200 milhões de consumidores potenciais e mais de 11 milhões de quilômetros quadrados. A adoção dessa estrutura tarifária culmina um processo de negociação inaugurado com a assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, e dá início a uma nova etapa do processo de integração, destinada à construção do Mercado Comum.

Trata-se, igualmente, de fator primordial da credibilidade externa do Mercosul, permitindo e incentivando a aceleração das negociações de caráter econômico-comercial com os demais países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e das Américas em geral, assim como com a União Européia e outros parceiros comerciais. Tais negociações deverão constituir parte expressiva da agenda das autoridades brasileiras encarregadas das ações no campo da integração regional.

DIMENSÃO SOCIAL

A situação social do Brasil é marcada pela extrema desigualdade na distribuição da renda nacional e no acesso aos serviços sociais básicos. Tal quadro é agravado pela incapacidade do sistema econômico, mesmo em períodos de crescimento, de gerar empregos de qualidade em número suficiente para reverter a condição de extrema pobreza de quase um terço da população.

Em 1990 o País tinha 39 milhões de pessoas cujo rendimento familiar *per capita* era igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo vigente. Outro dado revelador das desigualdades é a concentração da renda familiar. Em 1990, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que os 10 por cento mais pobres apropriavam-se de 0,8 por cento do total das rendas familiares, enquanto no outro extremo os 10 por cento mais ricos apossavam-se de 46 por cento dessas rendas.

As estatísticas oficiais mostram que, comparativamente a outros países, a taxa de desemprego aberto ao nível nacional é relativamente baixa (3,7 por cento em 1990). A real imagem do desemprego, no entanto, aparece quando se examina a sua incidência entre os diversos grupos sociais: a taxa de desemprego aberto no estrato mais pobre das áreas urbanas chegou em 1990 a 14 por cento, ao passo que no estrato social mais abastado ela foi de apenas 2 por cento.

De uma população economicamente ativa de 66 milhões em 1994, composta de 49 milhões de residentes urbanos e 17 milhões do meio rural, estima-se que o total de desempregados alcance a 2,8 milhões nas áreas urbanas e 0,2 milhão nas rurais, totalizando 3 milhões de pessoas sem ocupação e que procuram emprego sistematicamente. A metade dos desempregados urbanos pertence aos dois estratos de renda familiar *per capita* mais baixa, ou seja, trata-se de pessoas que possuem baixa educação e pouca ou nenhuma especialização.

Se o desemprego aberto não é tão elevado quanto em outros países, a qualidade dos empregos é baixa, haja vista a distribuição de renda apresentada nos parágrafos anteriores. Ao mesmo tempo existe no País uma multidão de subempregados. Dos 63 milhões de ocupados em 1994, estima-se que 26 milhões correspondam a empregos celetistas, servidores públicos e militares. Os demais estão localizados no setor informal da economia.

Observa-se uma sistemática diminuição da proporção de trabalhadores ocupados, com carteira de trabalho. Além da forte recessão econômica do período 1990-1992, essa deterioração das relações de trabalho pode ser associada à terceirização das atividades econômicas e à introdução de processos tecnológicos mais modernos, poupadores de mão-de-obra.

Além das dificuldades de geração de empregos e da baixa remuneração da grande maioria dos trabalhadores, o Brasil enfrenta problemas quanto à oferta dos serviços sociais básicos à população. As classes menos favorecidas são quase que sistematicamente excluídas de tais benefícios.

Os problemas mais importantes da oferta dos serviços sociais são a seguir descritos.

Educação

A situação de pobreza em que vive mais da metade da população infanto-juvenil dificulta o cumprimento dos preceitos legais de freqüência à escola entre 7 e 14 anos e da proibição de ingresso de menores de 14 anos no mercado de trabalho. Os benefícios não se repartem de maneira eqüitativa e as ações públicas têm sido pouco efetivas para corrigir as desigualdades educacionais entre níveis de ensino, entre regiões, Estados e Municípios e entre o meio rural e urbano.

Atualmente, o fato de uma criança estar numa escola municipal, ou no meio rural, ou nas regiões Norte e Nordeste, destina-lhe, quase certamente, uma educação de pior qualidade do que se estivesse numa escola estadual, ou no meio urbano ou nas regiões Sul e Sudeste. As crianças em situação de pobreza, quando conseguem ingressar no sistema educacional, encontram instalações escolares deficientes, professores despreparados e mal pagos, falta de material didático, fatores que diminuem as chances dessas crianças continuarem seus estudos.

A rede escolar, aparentemente suficiente, é mal distribuída. Apesar de 80 por cento das unidades escolares estarem nas áreas urbanas, persistem sérias deficiências no atendimento às periferias, nas quais a presença de vários turnos tem-se acentuado, diminuindo significativamente o já reduzido tempo de permanência da criança na escola.

Sob a perspectiva regional, os graus mais elevados em termos de cobertura da demanda, rendimento escolar e qualidade do processo educacional encontram-se nas regiões com níveis mais altos de desempenho econômico. Nessas áreas registram-se, paradoxalmente, baixos índices de atendimento escolar nos espaços periféricos, onde estão localizados os bolsões de pobreza.

No ensino fundamental, estudos e levantamentos recentes constatam uma situação de pobreza e ineficácia, sobressaindo os altos índices de repetência e evasão: a existência de 4 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola; o atendimento incipiente às crianças em idade pré-escolar; cerca de 17 por cento da matrícula constituída por alunos fora da faixa etária adequada; 18 por cento de analfabetos entre a população maior de 15 anos.

A baixa qualidade do ensino é consequência de condições materiais e de capacitação e organização inadequadas para as atividades docentes, bem como da ausência de conhecimentos atualizados sobre o processo ensino-aprendizagem. Problemas de formação e de remuneração do magistério, precariedade dos prédios escolares, insuficiência de material de apoio a estudantes e professores, ausência de carreiras baseadas no mérito dificultam, ou mesmo impedem, a concretização de políticas estáveis de educação. Tudo isso desdobra-se na oferta de uma educação defasada das necessidades sociais, culturais e econômicas contemporâneas.

Em 1991, dos 20 milhões de brasileiros entre 15 e 19 anos, somente 15 por cento tiveram acesso ao ensino médio. Isso se agrava, quando se observa que, de 100 matriculados no ensino médio, apenas 49 chegam a concluí-lo. Ademais, 50 por cento dos brasileiros que cursam este grau de ensino se encontram matriculados em escolas noturnas de péssima qualidade.

Intensos debates que vêm ocorrendo no País convergem no sentido de reconhecer a crescente importância do ensino médio como instância formadora da cidadania. Daí a ênfase na educação geral que ressurge sob novas perspectivas. Há concordância também em reconhecer que o processo produtivo brasileiro requer qualificações específicas, de complexidade intermediária, embora assentadas em bases de conhecimentos gerais.

Outro aspecto a ser considerado no quadro do ensino médio é a situação das escolas de formação do magistério. Sua progressiva descaracterização como centros de formação do educador acabou por transformá-las em desvalorizadas agências de profissionalização compulsória. Foram objeto de considerável expansão, com perdas substanciais do padrão de qualidade. Como decorrência dessa expansão, o paradoxo que se registra hoje é o da presença de aproximadamente 250.000 docentes leigos na educação fundamental e um estoque de 600.000 professores formados, em nível médio, que não está no exercício do magistério na rede pública.

O ensino superior brasileiro teve um crescimento instável ao longo das últimas décadas. No entanto, o ritmo com que este se processou vem decaíndo de intensidade desde meados da década passada; no último quinquênio, a taxa de crescimento foi negativa. Em termos de atendimento à demanda social e econômica por formação profissional, o Brasil encontra-se em posição desfavorável em relação à grande maioria dos países com nível de desenvolvimento similar. Todavia, há que ressaltar que esse problema não será resolvido mediante a simples criação de novas vagas. A questão é anterior e se localiza na educação básica, onde o fracasso escolar impede que um contingente mais expressivo de estudantes conclua a escola média.

A estrutura do ensino superior convive com sérias distorções, a maior parte delas decorrente do processo de expansão desordenado: no conjunto de estabelecimentos existentes, menos de 10 por cento constituem-se de universidades. A participação do poder público na oferta geral de matrículas é pequena, principalmente quando se consideram as profundas diferenças regionais de desenvolvimento e as desigualdades na distribuição da renda nacional. Além de ser pequena, a matrícula é mal distribuída entre as diversas áreas do conhecimento, com excesso de estudantes em áreas já saturadas, sobretudo em ciências humanas e sociais, em detrimento de outras, carentes de pessoal qualificado.

Esse conjunto de problemas agrava a tendência declinante da qualidade do ensino, tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação. Os procedimentos de avaliação social de qualidade e desempenho só agora começam a se instalar como preocupação dominante no interior da comunidade universitária.

Saúde

Houve melhoria significativa nos indicadores de saúde no Brasil nas últimas décadas. Mas esta tendência, que tem sido observada na maioria das sociedades, inclusive nas mais pobres, ocorre no Brasil muito aquém do que se verificou em países de economias similares, como México e Argentina, distanciando-nos desses países no que diz respeito aos níveis de saúde.

Assim, apesar da melhoria dos indicadores de mortalidade, da tendência de redução da incidência das doenças imunopreviníveis (difteria, coqueluche e tétano) e da erradicação da poliomielite, persistem altas taxas de prevalência para doenças infecciosas, ao lado da reintrodução ou recrudescimento do dengue e cólera. Simultaneamente, cresce a presença de doenças crônico-degenerativas (diabetes, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares) como consequência da intensificação da urbanização e da mudança do perfil demográfico brasileiro.

As doenças cardiovasculares constituem, hoje, a principal *causa mortis* no Brasil, seguida das causas externas, que incluem acidentes em geral, particularmente os de trânsito, e a violência.

A taxa de mortalidade infantil, que era de 117/1.000 nascidos vivos na década de 60, caiu para 50/1.000 na década de 80. No entanto, quando se compararam os indicadores de diferentes regiões do País, verifica-se a enorme desigualdade entre elas. Na década de 30, a Região Sudeste apresentava taxa de mortalidade infantil de 153/1.000,

a Região Sul de 127/1.000 e a Região Nordeste de 168/1.000. Portanto, a Região Nordeste apresentava taxa 10 por cento superior à da Região Sudeste e 32 por cento superior à da Região Sul. Na última década, as taxas são da ordem de 74/1.000, de 43/1.000 e de 33/1.000 para as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, respectivamente. Assim apesar da queda verificada em todas as regiões, o Nordeste apresentava taxa de mortalidade infantil 72 por cento maior que a da Região Sul.

Este quadro resulta, simultaneamente, da deterioração das condições de vida da população, da queda na qualidade da assistência à saúde e da excessiva ênfase nas ações curativas em detrimento das ações de promoção e prevenção.

A Constituição de 1988 redefiniu os paradigmas do sistema de saúde, instituindo o Sistema Único de Saúde (SUS), que deve oferecer atenção universal e integral, organizando-se de forma descentralizada.

No entanto, a despeito de significativos avanços no desenho de estratégias e na definição de instrumentos técnico-normativos, a implementação da descentralização do SUS tem esbarrado na falta de vontade política para superar alguns dos obstáculos à sua efetivação.

Saneamento Básico

A evolução da cobertura dos serviços de saneamento básico no Brasil revela tanto melhorias quanto déficits significativos.

É significativo o fato de que um País cuja população urbana aumentou de 113 por cento em 21 anos, passando de 52 milhões de pessoas em 1970 para 111 milhões em 1991, tenha conseguido elevar o nível de abastecimento de água dos domicílios ligados à rede geral de 60 por cento para 86 por cento nesse mesmo intervalo. Mas mais

de 15 milhões de pessoas que residem em cidades, neste mesmo País, ainda não têm acesso à água de rede canalizada.

No plano regional, as análises confirmam as deficiências nas áreas urbanas da Região Norte e, num patamar um pouco melhor, no Nordeste e Centro-Oeste. Dentro destas regiões, alguns estados (Rondônia, Acre, Pará, Maranhão e Piauí, entre outros) apresentam déficits mais destacados. Em todos os casos de deficiências notórias, a situação da capital do Estado é bastante superior à das cidades e vilas.

As mudanças significativas no abastecimento de água têm sido basicamente restritas às cidades. Nas áreas rurais, o fato principal a ser observado é o baixo nível de acesso à água encanada em todas as regiões. A uniformidade de padrões nas áreas rurais é notável, independentemente da região. Em 1970, cerca de 2 por cento dos domicílios rurais tinham água encanada; em 1991, este índice chegou a 9,2 por cento, sem que ocorressem grandes disparidades inter-regionais.

Contudo, apesar dos avanços conseguidos nas últimas duas décadas, os dados censitários mostram a persistência de um enorme déficit de esgotamento sanitário. Em 1991 havia 9,7 milhões de domicílios urbanos, com cerca de 39 milhões de pessoas, que ainda não tinham acesso a um serviço adequado de esgoto. Ademais, tendo em vista a precariedade de muitas redes de coleta e fossas sépticas, o déficit real é certamente muito maior que isso.

De outra parte, as características do modelo do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), sobretudo a auto-sustentação financeira exclusivamente em função da receita tarifária, levaram a que se atendesse primeiramente aos estratos sociais de melhor renda. A população excluída pelo sistema habita periferias das grandes cidades, os pequenos aglomerados urbanos e as regiões mais pobres. Na classe de renda entre 0 e 1 salário mínimo, 33 por cento de domicílios não dispõem de água canalizada e 59 por cento não dispõem de ligação à rede de esgotos sanitários ou fossas sépticas, sobre um total

de 1,4 milhões de domicílios. Na classe de rendimentos imediatamente superior, 1 a 2 salários mínimos, a situação é mais complexa. Sobre um total de domicílios bem maior que o existente na classe anterior — 7,8 milhões — há um déficit de 38 por cento de ligação de água e 56 por cento de esgotos.

O modelo institucional e financeiro implantado no País há cerca de duas décadas, através do Planasa e do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), foi responsável por um importante crescimento dos índices de cobertura dos serviços de água e esgotos.

Este modelo, no entanto, exauriu-se em decorrência de disfunções institucionais e financeiras no âmbito da gestão, e de desequilíbrio empresarial e financeiro no nível operativo. Isto levou o Planasa a ser substituído, em 1990, pelo Programa de Saneamento para Núcleos Urbanos (Pronurb), que também não se revelou adequado ao encaminhamento dos problemas do setor. O grande problema do modelo vigente é a rigidez excessiva, que se traduz em uma série de outros obstáculos, entre os quais destacam-se:

- duplo papel de regulador e regulado assumido na prática pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs), ao planejar, coordenar, definir padrões dos serviços e operá-los, na quase totalidade das ações estaduais e na maioria das ações municipais;
- o caráter ambíguo destas Companhias Estaduais como empresa (atividade econômica) ou como serviço público, a justificar a ineficácia no atendimentos social pela condição de empresa e, vice-versa, a ineficiência econômica pela condição de serviço essencial;
- pouca clareza nos critérios de aplicação dos subsídios cruzados e ausência de participação dos municípios nas grandes linhas de prioridades no âmbito de jurisdição das CESBs;
- captação de empréstimos vinculada ao endividamento do Estado; pouca flexibilidade para a busca de fontes alternativas de financiamento;

-
- vinculação a padrões tecnológicos, que tendem a não aproveitar as potencialidades locais;
 - ausência de instrumentos de integração com outros componentes do saneamento e com políticas afins.

Estes dados indicam a necessidade de redirecionar a política nacional de saneamento através de um esquema de financiamento que contemple o subsídio ao consumo e ao investimento, visando à universalização dos serviços à população.

Alimentação e Nutrição

O combate às deficiências alimentares e nutricionais representa o maior desafio de uma nação que tem pressa de sair do rol dos países injustos. Um quinto da população brasileira sequer tem renda suficiente para adquirir uma cesta básica de alimentos. Em cada três crianças menores de cinco anos, uma sofre de algum grau de desnutrição. Metade dos óbitos das crianças menores de um ano é devida a uma alimentação insuficiente e inadequada. A miséria também acarreta práticas alimentares pouco saudáveis. Estas redundam em doenças, algumas crônico-degenerativas, que ocupam hoje o primeiro lugar no País como causa de morte do adulto.

O quadro de injustiças se agrava porque não existe equidade sequer na distribuição das deficiências: algumas regiões e populações são mais atingidas do que outras.

A experiência brasileira não permite uma avaliação otimista do desempenho dos programas de alimentação e nutrição. Eles não foram devidamente focalizados na faixa etária prioritária e nos grupos de menor poder aquisitivo e nas regiões menos desenvolvidas. Os recursos financeiros ficaram aquém das necessidades e sofreram descontinuidades. As instituições gestoras não receberam o apoio político necessário e nem foram devidamente aparelhadas. Os programas

permaneceram excessivamente centralizados, o que contribuiu para a ausência de participação e de controle por parte das comunidades beneficiárias.

Nos dois últimos anos, o Governo do Presidente Itamar Franco promoveu a retomada dos programas assistenciais de alimentação e nutrição, agora marcados por princípios de descentralização, parceria e solidariedade. Esses princípios foram consolidados com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que cumpriu um papel fundamental na condução das políticas públicas do setor e deverão ser mantidos e ampliados pelo recém-criado Programa Comunidade Solidária.

Habitação

A má distribuição da renda nacional e a inadequação dos programas habitacionais são responsáveis pelo déficit de moradias que aflige o País. Estima-se que existam, nas áreas urbanas e rurais, cerca de 7,0 milhões de habitações precárias, ou seja, 30 milhões de pessoas residem abaixo dos padrões mínimos. São os ocupantes das favelas, cortiços e loteamentos clandestinos desprovidos da infra-estrutura básica.

O Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado nos meados da década de 60, foi responsável pela construção de cerca de 4,5 milhões de casas, mediante a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O sistema, entretanto, vem apresentando uma série de problemas que o impedem de encaminhar adequadamente a solução das questões habitacionais. As suas dificuldades têm a ver com a ausência de uma política habitacional adequada às condições financeiras da população; com o rombo causado pela renegociação do valor das prestações em níveis inferiores à inflação; com a queda nos instru-

mentos de captação de recursos para financiamento, notadamente o FGTS e as cadernetas de poupança; e com a incerteza da concessão de financiamento de longo prazo num ambiente de superinflação.

Ademais, a política habitacional padronizada para todo o País, sem levar em conta as diferenças dos estratos de renda e as particularidades de cada região, terminou por inviabilizar a produção de moradias, sobretudo para as camadas mais pobres da população.

De outro lado, a existência de extensas áreas ocupadas por habitações subnormais impedem a provisão adequada de serviços urbanos — notadamente abastecimento de água, esgotamento sanitário e transportes urbanos, o que contribui para a queda na qualidade de vida da população e causa sérios problemas para a gestão das cidades.

Previdência Social

As distorções no sistema de seguridade social consagrado pela Constituição de 1988 são por demais conhecidas. Problemas de natureza estrutural, gerencial e conjuntural afetam não apenas a previdência, como também as áreas de saúde e assistência social. Por outro lado, a busca de fontes estáveis e permanentes de financiamento dessas atividades está relacionada com a reforma do Estado e o pacto federativo. Antes de tudo, é preciso redefinir o tamanho e as funções do Estado e a correspondente repartição de receitas e encargos entre União, Estados e Municípios.

Os problemas estruturais estão relacionados a mudanças demográficas (aumento da longevidade, e queda da fecundidade) e a um novo padrão de crescimento econômico, com criação mais modesta de postos de trabalho relativamente ao ocorrido no passado. Tudo isso leva ao acelerado crescimento das despesas com benefícios e a diminuição paulatina da relação contribuintes/beneficiários.

Os problemas gerenciais mais relevantes são: baixa eficiência na concessão e manutenção de benefícios, que provoca insatisfação dos segurados e ocorrência de fraudes; altos custos administrativos; e índices elevados de evasão e sonegação das contribuições.

Os problemas conjunturais são resultantes da instabilidade macroeconômica, cujos efeitos adversos refletem-se nos níveis de emprego e renda e no crescimento do mercado informal de trabalho.

Mantidas as regras atuais, mesmo que se atenuem a maioria dos problemas conjunturais e gerenciais, a perspectiva é de déficits crescentes, que se transmitem automaticamente ao orçamento da União. Não há como pensar em equilíbrio fiscal duradouro nessas condições, se além de medidas pelo lado da receita não forem eliminadas as distorções pelo lado da distribuição dos benefícios. A prevalência do critério de aposentadoria exclusivamente pelo tempo de serviço cria uma distorção social e financeira que se aprofundará no futuro, pois ao mesmo tempo em que as pessoas se aposentam mais jovens, mais tem aumentado sua expectativa de vida.

PARTE II

DIRETRIZES DE AÇÃO DE GOVERNO

*Estabilização com Desenvolvimento
Financiamento do Desenvolvimento
Política Econômica para o Setor Produtivo
Política Social
Política de Meio Ambiente
Política Externa
Reforma Administrativa
Agenda Constitucional*

ESTABILIZAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO

O sucesso do Plano Real nos seus primeiros sete meses não assegura por si só a consolidação da estabilidade de preços. Tal consolidação demanda mais tempo, para que a sociedade brasileira aprenda a viver dentro dos critérios de uma economia com inflação baixa e, sobretudo, para que sejam enfrentadas algumas das questões macroeconômicas vitais para a estabilidade a médio e longo prazos. Este é o caso da desindexação da economia e da consolidação do ajuste fiscal.

Desindexação

O processo gradual de desindexação da economia foi iniciado com a introdução do real em julho de 1994, quando se restringiu a atualização monetária a prazos inferiores a um ano. As etapas que se seguem nesse processo obedecem às diretrizes de eliminar gradualmente o reajuste automático e uniforme dos salários pelo Índice de Preços ao Consumidor série-r (IPC-r); eliminar a correção das faixas de impostos e valores contábeis pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR); desindexar a Taxa Referencial (TR) do sistema financeiro; estabelecer formas mais modernas de negociação salarial num ambiente de estabilidade de preços.

Ajuste Fiscal

Os bons resultados fiscais em 1994 foram obtidos mediante recursos de fontes provisórias de financiamento, como o Imposto sobre a Movimentação ou a Transformação de Valores e dos Créditos de Natureza Financeira (IPMF) e pela desvinculação também provisória da receita através do Fundo Social de Emergência (FSE).

Esforços adicionais para reestruturar as despesas para 1995, em conjunto com as medidas recentemente adotadas de revisão do imposto de renda das pessoas jurídicas e a modificação da tributação sobre as aplicações financeiras, que passam a incidir sobre o ganho nominal, certamente contribuirão para o equilíbrio fiscal ao final do exercício.

Espera-se também que em 1995 ocorra ampla reforma fiscal, que permita deslocar o peso do ajuste das atuais políticas monetária e cambial para a política fiscal. De um lado, será possível a implementação de uma política de juros baixos que concorra para aumentar o nível dos investimentos, produzindo impacto favorável sobre as taxas de crescimento e geração de emprego. Por outro, uma reforma tributária deverá contribuir para aumentar sensivelmente os ganhos de produtividade da indústria nacional e melhorar a competitividade da produção doméstica.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, a União tem destinado uma parcela muito pequena de seu orçamento para o financiamento dos projetos de infra-estrutura. Com a aprovação das reformas que começa a encaminhar ao Congresso Nacional, o Governo pretende consolidar o saneamento financeiro do Estado para resgatar sua capacidade de financiar investimentos nos setores de transportes e energia. Além disso, novos recursos serão gerados em função do combate ao desperdício e à corrupção e pela redução dos custos financeiros da dívida pública interna.

Nova orientação do gasto público garantirá o financiamento de programas sociais, não apenas evitando os desperdícios e aumentando sua eficácia, mas também por meio do estabelecimento de objetivos centrais para a ação governamental. O financiamento do Programa Comunidade Solidária, por exemplo, não implicará a criação de novos fundos, mas o uso das transferências orçamentárias voluntárias aos Estados e Municípios e a consolidação dos atuais fundos sociais para garantir que seus objetivos sejam atingidos. Trata-se de um montante significativo de recursos, que poderá ter impacto considerável se for usado de maneira coerente com os objetivos da política social.

O Governo Federal atuará, prioritariamente, alocando os recursos do orçamento para a recuperação dos gastos na área social. A

reforma tributária e a retomada sustentada do crescimento deverão permitir, a partir de 1996, maiores investimentos em infra-estrutura.

Receitas da Privatização

Ênfase será dada ao processo de privatização para conseguir recursos da ordem de R\$ 15 bilhões nos próximos quatro anos, que poderão também ser destinados a projetos de infra-estrutura.

Recursos Privados

Especial atenção será dada aos recursos internacionais que procuram oportunidades seguras e rentáveis de investimento, como aqueles dos fundos de pensão de países industrializados. Esses fundos costumam investir em projetos de infra-estrutura por meio de associações do setor privado com empresas estatais.

De outra parte, esforços serão empreendidos no sentido de reformular o sistema privado de previdência complementar no País, para permitir a mobilização da poupança nacional privada para o financiamento de longo prazo.

No Brasil, a previdência complementar ainda está no começo. Seus ativos somam cerca de R\$ 34 bilhões, com projeções potenciais da ordem de R\$ 90 bilhões, no ano 2000. Este fato indica a necessidade de os fundos de pensão buscarem alternativas de aplicação para seus recursos, diversificadas e rentáveis, nos próximos anos.

O programa de investimentos do Governo tem como objetivo atrair investidores brasileiros e estrangeiros, como parceiros de projetos de construção de estradas, ferrovias, gasodutos, centrais térmicas e hidrelétricas, e de expansão e modernização dos sistemas de telecomunicações. As fontes privadas, seguramente, participarão

do necessário esforço de adequação da infra-estrutura do País à nova realidade requerida.

Mercado Internacional de Capitais

No período recente, o lançamento de bônus no mercado internacional tem-se constituído em importante fonte de captação de recursos para financiar projetos públicos e privados, procedimento ao qual têm recorrido empresas nacionais, estatais e privadas e alguns Estados. Espera-se que possam ser obtidos recursos externos através do lançamento de bônus no exterior — pelo Tesouro Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), empresas estatais ou privadas, para serem aplicados no setor de infra-infra-estrutura.

Captação dos Recursos e Articulação dos Investimentos

Para que o Brasil possa tirar o maior proveito possível da situação externa de oferta de recursos, conjugada com as condições internas favoráveis resultantes da retomada do crescimento com estabilização, é necessário garantir um ambiente confiável para os investidores estrangeiros. Por isso, o Governo vai manter regras claras e estáveis para o capital estrangeiro, garantindo liberdade nas decisões de investimento. Por outro lado, será preciso estabelecer claramente o papel do Governo na regulação destas atividades para assegurar qualidade, competição e tarifas adequadas na concessão de serviços públicos.

A mobilização dos recursos deverá contar com a ação positiva por parte do Governo. Por este motivo, será necessário aparelhar o setor público para exercer o papel de articulador na captação de recursos internos e externos. Mais ainda, tendo em vista que a retomada do crescimento sustentado exige uma ação conjunta do

Governo e do setor privado, será criado um sistema de coordenação de todas as ações necessárias à viabilização do programa de investimentos. Para tanto, será reforçado o papel coordenador da política de investimentos do Ministério do Planejamento e Orçamento, reformulado e ampliado o papel do BNDES e criada uma agência de promoção de investimentos. Além disso, serão estabelecidos critérios e mecanismos de atuação conjunta dos órgãos federais, ministérios setoriais, Estados e Municípios. Dentre as atribuições desse sistema, destaca-se a de assegurar a remoção dos eventuais obstáculos à realização do investimento e a correta destinação dos recursos no financiamento dos projetos.

Desestatização

Em pouco mais de quatro anos de existência, o Programa Nacional de Desestatização ofereceu importantes contribuições para o País, seja proporcionando um alívio no serviço da dívida pública — atenuando as pressões altistas sobre as taxas de juros — seja propiciando um aumento na eficiência e competitividade das empresas privatizadas, com efeitos diretos sobre os preços setoriais e a economia das regiões onde tais empresas se localizam.

Tendo os setores siderúrgicos e de fertilizantes sido completamente privatizados e encontrando-se o setor petroquímico em estágio bastante adiantado de privatização, o Programa deve avançar agora no sentido de superar o importante gargalo para o crescimento econômico, ou seja a insuficiência dos serviços públicos, notadamente os de infra-estrutura.

Neste particular, identificam-se como principais oportunidades de investimento a melhoria e ampliação dos serviços de energia elétrica e transportes, envolvendo o sistema ferroviário, rodoviário e portuário.

Atenção especial merece também o setor de telecomunicações, cuja expansão e atualização tecnológica são fundamentais para a integração do País e sua inserção na economia mundial.

É importante destacar que a transferência da responsabilidade da operação desses serviços ao setor privado não exime o Estado da competência de regular tais atividades, essenciais que são para o desenvolvimento econômico e social do País. Na verdade, a atividade de regulador — posição que o Estado deve assumir por sua natureza — pode ser desenvolvida mais adequadamente quando o próprio Estado não é o provedor dos serviços.

Paralelamente à expansão da fronteira do programa em direção à privatização dos serviços públicos, há de se buscar caminhos que facilitem o acesso ao programa de um maior contingente da população. Com efeito, até agora a utilização de moedas de privatização de certa forma privilegiou os grandes detentores de créditos contra o Governo. A democratização do programa será definitivamente alcançada na medida em que pequenos investidores tenham melhores condições de participar. Neste sentido, a introdução das chamadas moedas sociais é fundamental, porque permite também a redução dos passivos prioritários, como os do FGTS e da Previdência Social.

A venda direta à sociedade constituirá uma nova forma de privatização e contribuirá também para a ampliação do universo de participantes. Esta medida viabilizará a plena democratização do capital de grandes empresas estatais.

A privatização dessas empresas continuará com o objetivo de promover a saída do Estado do setor produtivo e deverá contribuir decisivamente para a redução da dívida pública. O montante a ser apurado com suas vendas poderá ser substancialmente aumentado com a remoção de alguns obstáculos constitucionais que influenciam na redução de seus preços, a exemplo daquele que restringe o controle estrangeiro nas empresas de mineração.

Por todo o exposto, o Programa Nacional de Desestatização constitui efetivamente um dos principais instrumentos da reforma do Estado e, portanto, é parte integrante do programa deste Governo. A prioridade a ele conferida exige que sua execução seja agilizada e, assim, que as grandes decisões sejam tomadas pelos mais elevados níveis do Governo, de modo que perpassem toda a administração pública, o que justifica plenamente a criação do Conselho Nacional de Desestatização, integrado por Ministros de Estado, para a condução do programa.

POLÍTICA ECONÔMICA PARA O SETOR PRODUTIVO

O País ainda precisa avançar muito no aprimoramento das políticas agrícola, industrial, de ciência e tecnologia e de comércio exterior, buscando novos padrões de qualidade para a mão-de-obra e reduzindo custos advindos das carências de infra-estrutura básica e de inadequadas políticas fiscal e creditícia, o chamado "custo Brasil".

Em vista disso, as ações do Governo na área da política econômica deverão buscar, progressivamente, a competitividade da economia brasileira, requisito indispensável para o dinamismo econômico e a melhoria das condições de vida da população.

A abertura comercial, com a exposição brasileira à concorrência internacional, e a estabilização macroeconômica já vêm estimulando investimentos no aumento da eficiência do setor produtivo. São expressivos os ganhos obtidos no período recente em termos do ajustamento competitivo das empresas brasileiras, num ambiente de concorrência internacional.

Política Industrial e de Comércio Exterior

Para promover o crescimento e a modernização da indústria brasileira, serão aperfeiçoados os instrumentos de política disponíveis e implementadas novas ações, tendo como princípio básico o fortale-

cimento da atuação da iniciativa privada e a correção de distorções de mercado. A despeito da prioridade pela utilização de estratégias horizontais, serão aplicadas, quando necessárias, políticas específicas, concebidas e executadas em parceria com as classes empresarial e trabalhadora.

Para promover as exportações brasileiras, adotar-se-á o processo de desoneração fiscal das atividades exportadoras, com propostas de reformas constitucionais que permitam eliminar impostos estatutários sobre exportações de produtos básicos e semi-elaborados.

O novo cenário do comércio mundial, que assume contornos mais definidos com o encerramento da Rodada Uruguai e criação da Organização Mundial do Comércio, exige o aprimoramento contínuo do sistema brasileiro de comércio exterior, com a consolidação das medidas de eliminação de barreiras não tarifárias e adequação dos instrumentos de defesa contra práticas desleais de comércio. Nesse contexto, adotar-se-á uma política de comércio exterior estritamente vinculada ao bem-estar da sociedade como um todo, que permita ampliar o leque de escolha dos consumidores e contribua para o aumento do nível de emprego na economia e para a absorção de novas tecnologias.

O Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) será consolidado, com o aperfeiçoamento do módulo de exportação e instalação do módulo de importação, colocando o País entre os mais avançados do mundo em termos da administração do sistema de comércio exterior, permitindo o uso democratizado das informações necessárias para a formulação de políticas e estratégias governamentais e empresariais.

O Programa de Financiamento às Exportações será ampliado, devendo, ainda, ser implementado sistema de seguro de crédito à exportação, eliminando-se, assim, importante obstáculo ao incremento das exportações brasileiras.

O Governo privilegiará, também, a consolidação do processo de integração no âmbito do Mercosul, o que deverá reforçar a tendência de ampliação significativa das transações comerciais regionais verificada nos últimos anos. E, ainda, concluirá os trabalhos de revisão e consolidação da legislação brasileira de comércio exterior, o que permitirá facilitar substancialmente o processo de tomada de decisão na área.

Para favorecer a retomada sustentada dos investimentos industriais, elemento essencial para a reestruturação produtiva do País, serão adotadas medidas de caráter fiscal e creditício voltadas à recuperarão dos instrumentos de financiamento dos investimentos em capital fixo e à redução do custo desses investimentos. O papel do setor público na articulação do novo ciclo de investimentos na economia deve ser reforçado, com destaque para ações destinadas a eliminar obstáculos ao incremento dos investimentos privados e à atração de capitais estrangeiros.

Será estimulada a criação de um mercado de crédito de longo prazo, com a participação preponderante do setor financeiro privado, fortalecendo-se, ademais, a atuação do BNDES, inclusive no financiamento de atividades exportadoras e de investimentos em ciência e tecnologia.

O fomento às atividades empresariais na área de pesquisa e capacitação tecnológica, através da utilização de instrumentos fiscais e creditícios e do poder de compra do Estado, constituirá traço marcante da atuação governamental. O Executivo apoiará o desenvolvimento de áreas indutoras de transformações tecnológicas e de projetos de transferência, difusão e inovação, voltados à capacitação em segmentos prioritários, principalmente das pequenas e médias empresas de base tecnológica. O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) será fortalecido como instrumento de estímulo ao aumento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento

pela iniciativa privada, promovendo-se uma maior sinergia de sua execução com a do PBQP.

Por outro lado, será dada continuidade à modernização do aparato institucional do Governo na área da propriedade industrial, com o objetivo de adaptá-lo às mudanças na legislação, dinamizando, ainda, a atuação no que diz respeito ao apoio ao desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico do País, particularmente através da agilização na análise dos registros de marcas e patentes e do aperfeiçoamento dos sistemas de disseminação de informação industrial e tecnológica.

O Governo, ao lado de entidades representativas do setor, e contando com o trabalho do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), desenvolverá ações coordenadas de apoio às micro, pequenas e médias empresas, instrumento importante para o dinamismo da estrutura industrial brasileira, particularmente no tocante a geração de empregos.

A política industrial e de comércio exterior dará, também, especial atenção à extensão do processo de reestruturação industrial para todo o País, respeitadas as vocações e especificidades das regiões e os condicionantes do processo de integração regional com outros países, a exemplo do Mercosul. Nesse sentido, procurar-se-á uma maior sinergia entre as ações do Governo Federal e dos governos locais em busca do desenvolvimento econômico com competitividade, utilizando-se, para tanto, de instrumentos como o Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Indústria e Comércio.

O que se pretende, em suma, é caminhar no sentido de dinamizar o processo de crescimento e modernização industrial verificado no período recente, mediante a definição, em conjunto com a sociedade, de uma política industrial e de comércio exterior clara, abrangente e consistente, que considere o processo de globalização da economia mundial, com seus componentes de aceleração do progres-

so tecnológico e de integração regional, e a necessidade de consolidar o novo papel do Estado como agente regulador e neutralizador das distorções de mercado.

A recente criação da Câmara de Comércio Exterior, no âmbito do Conselho de Governo, dará organicidade e coordenação às iniciativas do Governo nesta área.

Política Agrícola

Analisando-se o comportamento da agricultura brasileira entre 1980 e 1994, observa-se crescimento médio anual de cerca de 2,8 por cento, superior ao apresentado pela economia, em idêntico período, de apenas 1,7 por cento ao ano. Esses dados evidenciam que o setor conseguiu desempenho muito próximo ao seu padrão histórico de crescimento, de cerca de 3 por cento ao ano, no pós-guerra, além de contribuir para amenizar o processo recessivo que caracterizou a economia brasileira na década de 80.

Esse desempenho esteve associado aos ganhos de produtividade alcançados em diferentes tipos de explorações, à maior integração de segmentos de nossa agropecuária aos mercados internacionais e ao avanço das fronteiras agrícolas e da agroindustrialização, mesmo tendo que enfrentar mercados externos altamente protegidos nos países desenvolvidos.

Todavia, essa trajetória marcou o setor de contrastes regionais de produção e de categorias de agricultores. De um lado, existem atividades que utilizam tecnologias modernas. De outro, existem atividades de subsistência que operam com baixa produtividade e altos índices de pobreza e empregam práticas predatórias do meio ambiente.

Para reverter esse quadro, torna-se necessário que a política defina instrumentos mais modernos de comercialização, crédito rural

e seguro agrícola, e programas integrados de formação de mão-de-obra, extensão rural e cooperativismo.

Neste Governo, as ações normativas serão da competência dos órgãos federais, transferindo-se para Estados, Municípios e organizações não-governamentais as funções de natureza operacional, que podem ser conduzidas de modo mais eficiente pela descentralização de responsabilidades das políticas de financiamento, comercialização, tecnológica e de defesa vegetal e animal.

A agroindústria, geradora de renda e emprego e reorientadora dos fluxos migratórios no meio rural, será estimulada para tornar possível a interiorização do desenvolvimento sócio-econômico.

Ênfase especial será dada para a necessidade de reduzir perdas que se verificam nos diferentes estágios da produção e comercialização agrícola, com ações voltadas para a melhoria da qualidade dos produtos, redução de custos e aumento da competitividade do setor.

A política deverá estimular o emprego de práticas adequadas à exploração agrícola, ao manejo do solo e preservação do meio ambiente, como forma de garantir o abastecimento interno e a conquista de novos mercados.

A dinâmica da agricultura moderna e competitiva requer a superação dos obstáculos da insuficiente estrutura de armazenagem, transportes, portos, energia e comunicação, e também daqueles existentes na regulamentação do setor e na elevada carga tributária.

Nesse sentido, serão promovidos esforços governamentais articulados com Estados e Municípios, entidades de classe e setor privado, visando à desregulamentação do setor para reduzir o chamado "custo Brasil" e, com isso, melhorar a competitividade das exportações de origem rural e agroindustrial.

Nessa linha de ação, as diretrizes para a área de pesquisa agropecuária visam promover a racionalização da produção no âmbito da agricultura de subsistência; a produção de alimentos básicos a

menores custos; a ampliação e modernização tecnológica do complexo agroindustrial, bem como a sustentabilidade do desenvolvimento rural. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os demais órgãos do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e outras organizações públicas e privadas devem envolver-se na transferência tecnológica buscando o aumento da competitividade e qualidade dos produtos de origem rural e agroindustrial.

A extensão rural deverá integrar-se com outras entidades, tanto públicas quanto privadas, para ampliar a capacitação técnica e profissional dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, de modo a possibilitar-lhes a integração em formas mais modernas e rentáveis de produção e comercialização agrícolas.

No tocante à defesa agropecuária, proceder-se-á a ampla reestruturação do sistema, de forma a erradicar pragas e doenças que afetam lavouras e rebanhos, incluindo, nesses esforços, órgãos estaduais e municipais, além de entidades representativas dos produtores rurais.

Os serviços de vigilância, inspeção e classificação de produtos e insumos serão ampliados, como forma de garantir padrões de qualidade e sanidade requeridos pelos consumidores, tanto no mercado interno quanto internacional. A classificação de produtos terá seus processos flexibilizados, na linha da descentralização e privatização.

Em termos da política de crédito rural, deverão ser estabelecidas regras claras e estáveis e encargos financeiros apropriados, visando estimular investimentos em correção de solos, equipamentos, irrigação e outras obras de infra-estrutura rural. Para tanto, devem ser fortalecidos mecanismos de financiamento com recursos provenientes do próprio setor agrícola, a exemplo das cooperativas de crédito, e apoiar a implantação de novos instrumentos de crédito em articula-

ção com as bolsas de mercadorias e de futuro, seguradoras e sistema bancário.

O estabelecimento de programa de seguro rural auto-sustentado, em termos financeiros, é outro requerimento importante não apenas para permitir à agricultura diluir riscos provenientes de adversidades bioclimáticas, como para estimular o emprego de novas tecnologias de produção.

Na área de abastecimento, os estoques oficiais terão de ser redimensionados, considerando-se a maior abertura da economia. Além disso, novos mecanismos de gerenciamento desses estoques terão de ser adotados, de modo que possam ser mais bem fiscalizados, localizados e utilizados para complementar o adequado suprimento do mercado.

A comercialização de estoques públicos terá que se compatibilizar com a Política de Garantia de Preços Mínimos, de modo a evitar o acúmulo de estoques oficiais, enquanto a iniciativa privada recorre a importações. Diante da escassez de recursos orçamentários e do quadro de mudanças da economia e da agricultura brasileiras, essa política terá também que se ajustar, assegurando, porém, nível razoável de proteção de renda aos nossos agricultores, contemplando aqueles produtos mais voltados para o mercado interno.

Por outro lado, a aplicação de tributação compensatória na importação de produtos agrícolas subsidiados na origem e o aprimoramento de medidas de defesa comercial contra práticas desleais de comércio devem ser fortalecidos, objetivando assegurar condições de competição adequadas à agropecuária brasileira.

No que diz respeito aos segmentos de baixa renda, as dificuldades são ainda mais graves, sobretudo porque tais segmentos, marginalizados dos resultados favoráveis conquistados pela agropecuária nacional, em décadas passadas, não estão capacitados técnica e eco-

nomicamente a enfrentar os desafios que as oportunidades de crescimento da agricultura brasileira impõem no futuro.

Os pequenos produtores e trabalhadores rurais deparam-se com dificuldades crescentes para absorver os benefícios das políticas de pesquisa, extensão rural, crédito e preços mínimos, instrumentos que representam importantes formas de apoio para integrá-los competitivamente à agricultura moderna.

Em consequência, são expressivas as responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal, como também de entidades não-governamentais, na promoção de programas de educação e treinamento, cooperativismo, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e outros que, associados a um programa de reforma agrária, conduzido dentro dos marcos legais, promovam a integração dos segmentos mais carentes de nossa população rural ao processo de desenvolvimento sócio-econômico do País.

Política de Ciência e Tecnologia

No Brasil, a atuação governamental no estímulo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia (C&T) tem-se dado de forma irregular e incompatível com as suas necessidades e porte econômico. O dispêndio nacional em C&T alcançou, nos últimos anos, algo próximo a 0,6 por cento de seu produto, enquanto os países mais desenvolvidos ou em desenvolvimento acelerado, como os "tigres asiáticos", gastam de 1,5 por cento a 3 por cento do PIB.

As diversas experiências de política científica e tecnológica, tanto em países desenvolvidos quanto de industrialização recente, apontam para o papel decisivo do Governo, em articulação com o setor privado, na geração de uma estrutura eficiente de C&T. Em função de suas características estruturais de alto risco, o desenvol-

vimento da C&T requer uma alocação de recursos governamentais em fluxo adequado e regular para manter e ampliar estas atividades.

Torna-se, portanto, necessário definir um conjunto de medidas que permitam reverter o atual quadro que ordena a capacitação técnico-científica do País: uma estrutura institucional insatisfatória; baixos investimentos em C&T, com graves repercussões sobre a diversificação e obsolescência da infra-estrutura disponível; modesto contingente de cientistas e volume de pesquisa insuficiente para os requerimentos de uma economia competitiva; reduzida participação do setor privado no dispêndio nacional de C&T, acarretando uma sobrecarga do esforço público na área, muito além dos padrões internacionais.

No curto prazo, será prioridade definir objetivos coerentes e políticas permanentes para a modernização tecnológica do setor industrial. E, ainda, implementar medidas que possam estimular os segmentos mais dinâmicos do setor produtivo a se manterem em processo permanente de inovação e incorporação de novas tecnologias, de modo a acompanhar o ritmo do progresso técnico da economia mundial, utilizando-se recursos orçamentários e provenientes de fontes como a privatização, o financiamento internacional e novas parcerias com o setor privado.

Esses objetivos têm em vista a formação de recursos humanos; estabilidade de condições de bom funcionamento aos melhores centros de pesquisa; apoia à criação de novos grupos de pesquisa nas diversas regiões do País; estreitamento das relações da comunidade científica brasileira com a comunidade científica internacional; e assegurar a qualidade do trabalho científico realizado em todos os níveis e instituições.

As ações do Governo na área de ciência e tecnologia destinam-se a:

- Promover uma política de desenvolvimento científico e tecnológico compatibilizada às demais políticas públicas e articulada às estratégias de crescimento do setor produtivo do País.
- Diversificar as fontes de financiamento, por meio de recursos oriundos da privatização, da captação de recursos externos, de novas formas de financiamento como o de venture capital ou “securitização dos investimentos de risco”, e da participação da iniciativa privada.
- Estabelecer parcerias entre os governos federal e estadual, e empresas públicas e privadas, no apoio a programas de pesquisa básica e tecnológica, projetos de formação de recursos humanos e projetos de cooperação científica e tecnológica entre universidades, institutos governamentais e o setor privado.
- Concluir programas e projetos estratégicos em andamento, que envolvem tecnologias sensíveis.
- Intensificar a participação brasileira no sistema técnico-científico internacional, mediante programas de intercâmbio e cooperação, como também aperfeiçoar os programas de bolsa de estudo no exterior e de professor visitante e investir numa integração ainda maior do País às redes eletrônicas internacionais de comunicação e intercâmbio científico.
- Apoiar projetos de transferência de difusão e inovação, que visem a capacitação tecnológica dos setores de produção, notadamente nas pequenas e médias empresas de base tecnológica.
- Manter programas voltados para a inovação tecnológica da indústria, estimulando consórcios para o desenvolvimento de tecnologias pré-competitivas; e apoiando a tecnologia competitiva através de incentivos, financiamentos, participação no capital de risco, fundos de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos especializados,

financiamentos especiais para a construção e implantação de centros empresariais de pesquisa e desenvolvimento.

- Fortalecer instituições dedicadas à difusão, incorporação e certificação de padrões de qualidade no sistema produtivo.
- Institucionalizar uma rede nacional de laboratórios e centros de pesquisa de alto nível, credenciados por procedimentos competitivos e que tenham recursos assegurados para fixar, consolidar e reproduzir a competência científica do País.
- Criar mecanismos que viabilizem a implementação de uma política de qualidade nas agências governamentais de ciência e tecnologia, que intensifique a informatização, simplifique os procedimentos burocráticos, e adote como recurso sistemático o planejamento estratégico e os métodos de acompanhamento e avaliação.
- Dotar os institutos e centros de pesquisa governamentais de estruturas organizacionais compatíveis com suas funções, por meio da flexibilidade de contratação, autonomia gerencial e administrativa, que visem a produtos e resultados bem identificados.

Política para a Área de Infra-Estrutura Econômica

O nível da qualidade de vida da população e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico dependem da existência de uma infra-estrutura econômica adequada: transporte, comunicações e energia.

A situação de adequação de cada um dos setores de infra-estrutura é diferente. Na infra-estrutura de energia, o subsetor elétrico apresenta condições de atender o mercado, mesmo diante de uma retomada do crescimento, durante o tempo suficiente para terminar os projetos de geração em andamento, os quais terão capacidade de produção para suprir os acréscimos de demanda dos próximos anos. A única questão a ser resolvida é a da viabilização financeira de alguns dos projetos já iniciados. Em relação ao petróleo, como é uma

mercadoria comercializada internacionalmente, não existe, praticamente, risco de estrangulamento da oferta. O que deve orientar os investimentos é a taxa de retorno dos mesmos.

Nas comunicações, não há, igualmente, perspectivas de estrangulamento ao funcionamento normal da economia. No entanto, há um desafio de intensificar os investimentos, de forma a expandir os serviços existentes, e de incorporar as inovações tecnológicas disponíveis, que possibilitam a oferta de novos serviços com grande impacto na competitividade das atividades produtivas e na melhoria da qualidade de vida da população.

No setor de transportes a situação é grave. Parte das malhas rodoviárias e ferroviárias e do material rodante ferroviário, encontram-se em avançado estado de degradação. Ligações rodoviárias de intensa movimentação estão saturadas. Os portos são ineficientes. A cabotagem e a navegação interior são inexpressivas, fazendo com que a movimentação de mercadorias e pessoas seja cara e perigosa.

A ação do Governo na tarefa de remover os estrangulamentos existentes no setor de transportes será emergencial, atendendo escala de prioridades para a alocação de recursos orçamentários e alternativos em regime de parceria.

De outra parte, atenção será dada à atividade reguladora e fiscalizadora, nos marcos da Lei das Concessões recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, e apresentando outras alterações necessárias na legislação.

No sistema nacional de viação, serão definidas as responsabilidades do controle federal, e as demais descentralizadas ou privatizadas. A intermodalidade será estimulada através de alterações da legislação, de forma a criar o operador de transportes multimodal.

No subsetor rodoviário, prioridade será dada à recuperação da malha existente, eliminação de pontos críticos, adequação da capaci-

dade de trechos saturados e continuidade do programa de concessões de segmentos rodoviários.

No subsetor ferroviário, ênfase especial será dada à recuperação e modernização da malha e do material rodante, à privatização da Rede Ferroviária Federal e à continuidade da estadualização dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros.

No subsetor portuário, a prioridade será a implementação da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 — a Lei do Portos — com a consequente intensificação do programa de concessões de serviços e áreas portuárias.

Na navegação interior, a programação objetiva manter, balizar e sinalizar as vias navegáveis e rever a atual legislação, visando simplificar as operações e consolidar a abertura do mercado.

No setor de energia, dar-se-á prioridade aos programas de conservação, sensibilizando a população para o desperdício, atuando junto às indústrias para produção de equipamentos mais racionais energeticamente, estimulando inovações tecnológicas poupadoras de energia, e utilizando preços e tarifas para induzir à conservação. Dar-se-á continuidade às obras em andamento e ao desenvolvimento de instrumentos financeiros e legais que viabilizem parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada.

No setor de telecomunicações, a prioridade será o desenvolvimento de condições para a abertura do setor ao capital privado na expansão do sistema de telefonia, e na ampliação da rede de fibras ópticas e sua interligação com a rede mundial.

No serviço postal e telegráfico, será dada prioridade à automação das agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), à implantação da rede de teleinformática, ao aumento da quantidade de serviços oferecidos e a ampliação do número de agências pelo sistema de *franchising*.

POLÍTICA SOCIAL

O planejamento das ações públicas e a cooperação sistemática dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade organizada são requisitos essenciais para que o País possa apresentar indicadores sociais mais consentâneos com as suas potencialidades.

Descentralizar as ações do Governo Federal nas áreas da educação, da saúde, da alimentação e nutrição, da previdência e assistência social, do trabalho e da cultura importa em fornecer a Estados e Municípios informações que lhes confirmam maior capacidade de alocar recursos públicos e gerir os problemas e realidades locais.

Importa, por outro lado, em outorgar à União o papel normativo que lhe cabe: estabelecer linhas gerais de políticas sociais, eliminando a superposição de órgãos, funções e competências nos ministérios e órgãos federais; e orientar o gasto federal para o atendimento aos mais necessitados, no sentido de a eles garantir acesso aos serviços básicos e à distribuição de renda.

A atuação deste Governo terá em vista princípios de eqüidade, eficiência, aperfeiçoamento da gestão administrativa, no seu esforço concentrado para investir na formação do ser humano e sua qualificação para o trabalho, a fim de integrá-lo à moderna produção baseada em novas tecnologias.

As diretrizes setoriais que se seguem têm por objetivo maior a melhoria dos padrões de qualidade de vida da população brasileira no

seu pleno exercício da cidadania, por meio da aplicação dos recursos disponíveis em projetos prioritários de alto retorno social.

Emprego

No Brasil, a geração de empregos em número suficiente para absorver a força de trabalho disponível é uma questão especialmente grave. Além do desemprego propriamente dito, manifesta-se em proporções alarmantes o subemprego, concentrado no setor formal. O problema do emprego é agravado pela baixa qualificação da mão-de-obra, falta de oportunidade de emprego no campo, pelas precárias condições de segurança e alta rotatividade nos postos de trabalho.

A estabilização da economia e a recuperação do crescimento econômico são condições essenciais para qualquer política de emprego e de renda.

As ações do Governo obedecerão às seguintes linhas centrais no sentido de acelerar a geração de empregos de qualidade:

- Promover a qualificação da mão-de-obra como vantagem comparativa dentro do novo modelo produtivo mundial, enfatizando a educação básica e as políticas de capacitação, de forma a permitir uma melhor adaptação dos trabalhadores às tecnologias modernas.
- Mobilizar a sociedade civil em amplo e descentralizado programa de capacitação de mão-de-obra.
- Interiorizar a geração de emprego por meio do incentivo à agricultura, aperfeiçoando os instrumentos clássicos de política agrícola, como as políticas de crédito, comercialização e de estabilidade da renda.
- Incentivar projetos de irrigação e de instalação de agroindústrias, sobretudo as micro, pequenas e médias empresas e as formas associativas de produção.

-
- Implantar, em parceria com a iniciativa privada, programas de recuperação e expansão da infra-estrutura, indispensáveis à expansão da atividade produtiva.
 - Implementar, em articulação com Estados e Municípios, programa de habitação visando reduzir o déficit de moradias e permitir a geração de empregos para trabalhadores de baixa qualificação.
 - Incentivar o turismo, em especial nas regiões Norte e Nordeste, em razão da capacidade deste setor de responder mais rapidamente aos investimentos realizados.
 - Estimular as micro, pequenas e médias empresas, por meio de financiamento preferencial e incentivos à sua regularização fiscal, trabalhista e previdenciária, inclusive para que possam se habilitar às licitações públicas.
 - Integrar o Programa do Seguro-Desemprego ao sistema público de emprego, por meio da adoção de ações articuladas de formação, treinamento e recolocação de trabalhadores.
 - Apoiar mecanismos que reforcem a negociação e a contratação coletiva, bem como a participação dos trabalhadores na gestão e nos resultados da empresa.
 - Integrar, em articulação com estados e municípios, ações destinadas à melhoria das condições do trabalho.

Educação

O Ministério da Educação e do Desporto deverá passar por reformas em sua estrutura interna para deixar de ser um executor e gestor de escolas, e atuar efetivamente como regulador das políticas de educação com vistas à qualidade do ensino; como financiador das prioridades educacionais; e como avaliador do desempenho escolar dos alunos, de modo a propiciar à sociedade e ao Governo informações úteis e confiáveis.

Neste processo, será crucial a participação do Congresso Nacional na revisão, aprimoramento e simplificação da legislação educacional vigente.

A política do Ministério em todos os níveis de ensino deverá primar pelo objetivo de valorizar a escola como unidade de decisão e de utilização de recursos, para que o controle exercido pelo Poder Público sobre a educação dependa cada vez menos da multiplicação de exigências burocráticas e, cada vez mais, da avaliação objetiva do desempenho das diferentes instâncias e unidades da Federação.

A melhoria da qualidade da escola de primeiro grau constitui a preocupação mais importante. A educação fundamental é um nível de ensino no qual a ação do Governo Federal não pode ser autônoma, porque depende de uma estreita colaboração com os Estados e os Municípios, uma vez que é deles a responsabilidade direta pela rede de escolas.

Também nessa área a ação do Congresso Nacional é decisiva, uma vez que os recursos disponíveis do Governo Federal só permitirão alcançar resultados significativos se forem concentrados na solução dos problemas mais graves e utilizados de maneira eficaz. Para isso, é necessário que sejam distribuídos de acordo com critérios objetivos, estabelecidos em função de projetos educativos consistentes. Não podemos continuar a desperdiçá-los no atendimento individualizado de uma miríade de demandas locais. O apoio do Congresso em relação a essa orientação é fundamental.

Assim sendo, o Ministério concentrará esforços no sentido de:

- Definir parâmetros dos currículos escolares comuns a todo o País, tendo como objetivo o desenvolvimento das atividades de avaliação, formação de professores, elaboração de livros didáticos e formulação de planos de cursos, adaptadas às várias clientelas e regiões brasileiras.

A elaboração de diretrizes curriculares não só organiza a política educacional para o Primeiro Grau, como também constitui instrumento de cooperação entre União, Estados e Municípios, além de envolver a mobilização das próprias escolas e de todos os setores da população interessados na educação. Isso ocorre porque a matriz nacional se desdobra necessariamente em projetos curriculares estaduais e se concretiza nos planos de execução propostos por cada escola.

De outra parte, a definição das habilidades e conhecimentos a serem alcançados em cada série permitirá organizar a avaliação nacional do desempenho escolar, instrumento indispensável para a melhoria da qualidade de ensino. Além disso, servirá de instrumento para orientar a produção de livro didático, de acordo com estritos padrões de qualidade, garantindo sua adequação às necessidades de ensino e ao processo de formação em serviço dos professores.

- Definir critérios objetivos para os repasses automáticos de recursos a Estados e Municípios, em articulação com outros Ministérios e Órgãos responsáveis pelas políticas sociais, de forma a fomentar a assistência técnica e a troca de experiência entre as unidades da federação.

Duas linhas de ação serão desenvolvidas, com vistas à melhoria da qualidade do ensino do Segundo Grau:

A primeira consiste no estabelecimento das bases para a expansão qualitativa e quantitativa do aprendizado, buscando-se novas modalidades que contemplem tanto a terminalidade e profissionalização quanto a preparação para estudos pós-secundários. E no estabelecimento de outras formas de escolarização e de aprendizagem profissional para a juventude, independentemente da escolaridade anterior, por meio da introdução de novos mecanismos de avaliação do ensino e regulação do acesso ao ensino superior.

A segunda consiste em ampliar a participação dos Estados, Municípios e setor privado na gestão e financiamento das escolas

técnicas e agrícolas, ora sob a responsabilidade direta do Ministério. Isso deverá permitir a identificação de formas alternativas de financiamento para a expansão do sistema e direcionar as escolas para as necessidades de formação de mão-de-obra dos setores formal e informal da economia.

No ensino superior, objetiva-se viabilizar a expansão e diversificação do sistema para fazer face às necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Para tanto, buscar-se-á definir não só novas formas de gestão e financiamento como novos mecanismos de controle de qualidade das instituições públicas e privadas. As formas de gestão e financiamento deverão considerar uma crescente descentralização, autonomia e responsabilização das instituições de ensino superior.

Uma nova legislação para o ensino superior deverá voltar-se para a criação de mecanismos alternativos e flexíveis de cursos pós-secundários, com formas diferenciadas de terminalidade; o aprimoramento de mecanismos de financiamento aos alunos carentes, em substituição aos atuais, de feições burocráticas e cartoriais; o aperfeiçoamento do apoio à pesquisa e pós-graduação.

O uso de novas tecnologias educacionais e do ensino à distância é absolutamente indispensável num País de dimensões continentais como o Brasil, no qual precisamos multiplicar o acesso ao que temos de melhor no campo educacional. As novas tecnologias podem e devem realizar esta tarefa. A estreita cooperação entre o Ministério da Educação e do Desporto e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ajudará a produzir uma revolução educacional no País.

Saúde

A saúde deve ser entendida como expressão da qualidade de vida da população e não somente como cuidados médicos à doença e, portanto, será assegurada mediante o conjunto de políticas econômicas e sociais. No que se refere às diretrizes de ação específicas do setor saúde, o Ministério da Saúde trabalhará no sentido de:

- Promover a reorientação do modelo de atenção à saúde redirecionando a prioridade para ações multisectoriais que assegurem a promoção da saúde e a prevenção de doenças, sem prejuízo das ações de assistência médico hospitalar necessárias para fazer frente ao quadro de morbidade existente.
- Descentralizar e democratizar a gestão, promovendo a implantação de legislação que redefina os papéis das diferentes esferas de governo e determine a participação e o controle da sociedade sobre as ações estatais, através dos Conselhos de Saúde.
- Fortalecer o papel regulatório do Governo Federal, estabelecendo critérios e padrões para incorporação e normalização do uso de recursos tecnológicos, especialmente em procedimentos de maior densidade e de custo mais elevado.
- Regular as atividades do sistema privado, em particular as modalidades de prestação de serviços privados (seguro saúde e medicina de grupo), produção de medicamentos, equipamentos e de outros insumos para a atenção à saúde.
- Readequar a capacidade de gestão, nos três níveis de governo, restaurando práticas de planejamento, avaliação e controle, promovendo melhoria da gestão dos recursos e da qualidade da atenção e, sobretudo, fomentando a implantação de sistemas de informações gerenciais. Para tanto, será dada prioridade à qualificação dos servidores públicos para os novos papéis a serem desempenhados e à manutenção de uma burocracia estável.

-
- Garantir a suficiência e a regularidade no aporte de recursos federais para financiar o Sistema Único de Saúde (SUS), visando a estimular o incremento dos gastos de Estados e Municípios por meio do sistema de financiamento compartilhado, já previsto na Constituição e na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Para tanto, é fundamental assegurar o repasse automático e a transferência global de recursos, sem vinculações pré-determinadas, diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante critérios redistributivos que garantam a equidade no sistema de saúde.

Alimentação e Nutrição

É reconhecido que a solução do problema alimentar brasileiro exige mudanças estruturais profundas na organização social, política e econômica do País e que os programas alimentares não podem ser entendidos como substitutos dessas mudanças.

No entanto, a urgência imposta pela fome, pela desnutrição e pelos demais distúrbios de origem alimentar e nutricional não se coaduna com o tempo exigido para transformações estruturais necessárias. Existem alternativas que, se bem encaminhadas, contribuirão sensivelmente para a redução do problema nutricional do País.

Em face desse quadro, as seguintes diretrizes nortearão as ações do Governo na área de alimentação e nutrição:

- Atendimento das carências nutricionais dos grupos biologicamente mais vulneráveis: crianças, gestantes e nutrizes.
- Suplementação alimentar para as crianças que freqüentam a rede de ensino público e filantrópica.
- Melhoria das condições de alimentação dos trabalhadores.
- Atendimento às famílias atingidas por situações de calamidade ou emergências específicas.

-
- Estímulo à adoção de hábitos alimentares saudáveis para a prevenção e o controle de doenças.
 - Controle sanitário dos alimentos em toda a cadeia de produção, industrialização e consumo.

Previdência e Assistência Social

A reforma da previdência depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, das propostas de modificação das normas constitucionais e infraconstitucionais que estão sendo encaminhadas pelo Governo.

A ação ministerial será pautada pelas seguintes diretrizes:

- Critérios mais claros de igualdade e justiça social, tanto na incidência dos encargos quanto nos critérios de cálculo e concessão de benefícios, respeitados os direitos adquiridos.
- Unificação das normas e requisitos para concessão de benefícios entre todos os segurados.
- Incorporação de critérios de renda e idade na aposentadoria por tempo de serviço de forma a minimizar as distorções do atual sistema, que desfavorece os trabalhadores de menor remuneração.
- Critérios de concessão de aposentadorias especiais que levem em conta a exposição efetiva do trabalhador aos agentes prejudiciais à saúde.
- Flexibilização do sistema de financiamento da seguridade social, visando distribuição mais uniforme e equitativa nos setores econômicos.
- Alteração do atual sistema de contribuição previdenciária rural, por meio de critérios que levem em conta as peculiaridades da mão-de-obra e a competitividade da agricultura.

-
- Incentivo à criação de regimes complementares e facultativos de previdência, públicos e privados, custeados por contribuições adicionais e sob o regime de capitalização.
 - Formulação das normas gerais da política nacional de assistência social.
 - Normatização da concessão de declarações de mérito às associações sem fins lucrativos.
 - Apoio, monitoramento e articulação de benefícios e serviços assistenciais, no âmbito nacional.
 - Atendimento, em conjunto com Estados e Municípios, das ações assistenciais de caráter emergencial.
 - Implantação de sistemas de informações sobre benefícios, beneficiários e serviços assistenciais.
 - Cadastramento de entidades de assistência social, para que as ações assistenciais sejam exercidas no contexto de um sistema racional, descentralizado, público e democrático.

Cabe lembrar que a competência para executar ações assistenciais é dos Estados e Municípios, que operam programas e projetos, e da sociedade civil, através de entidades de assistência social.

Esporte

O Ministério Extraordinário dos Esportes foi criado para elevar o *status* político do intercâmbio com organismos políticos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, na promoção do desenvolvimento dos esportes no País.

Os conceitos de esporte de massa, de esporte como atividade integradora por excelência, de esporte como elemento propiciador de saúde e bem-estar presidirão as ações propostas, de abrangência nacional, contemplando as necessidades do conjunto da sociedade

brasileira e dos seus cidadãos, num amplo leque de ofertas de caráter multi e intersetorial.

São as seguintes as diretrizes a serem seguidas nesta área:

- Continuidade dos programas em andamento na Secretaria dos Desportos, voltados para o esporte escolar, esportes para portadores de deficiência, e esportes de criação nacional e de rendimento.
- Adequar a legislação esportiva vigente à defesa do atleta, à modernização da estrutura clubística e profissionalização dos dirigentes.
- Atuar no combate à sonegação fiscal e previdenciária.
- Promover o esporte entre crianças e adolescentes, em conjunto com o Ministério da Educação;
- Explorar a capacidade instalada ociosa nas escolas, de maneira a permitir o acesso da comunidade nos fins de semana.
- Utilizar parques, praças e jardins na prática regular de esportes, em parceria com as Secretaria Estaduais e Municipais de Esportes.
- Incentivar, junto com o Ministério do Trabalho, a prática do esporte nas empresas, criando prêmios de participação (diploma).
- Estudar com o Ministério das Relações Exteriores, a possibilidade de criação de Jogos Afro-Brasileiros e Jogos do Mercosul.
- Difundir a importância do esporte/ecologia, em ações do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
- Apoiar programas esportivos que visem à prevenção da saúde da população brasileira em conjunto com o Ministério da Saúde.
- Criar os Jogos do Menor Carente num esforço conjunto com os Governos Estaduais e a iniciativa privada, assim como com as Forças Armadas.

-
- Criar os Jogos das Pessoas Portadoras de Deficiência, projeto já em estudo com parceria da iniciativa privada.
 - Transformar a Secretaria dos Desportos em um Instituto do Esporte, que passará a gerir os recursos do Fundesp.
 - Estabelecer parceria com o Ministério da Cultura para a difusão dos estados de criação nacional.
 - Apoiar criativamente os projetos de realização das Olimpíadas de 2004 na cidade do Rio de Janeiro e da Copa do Mundo de Futebol de 2006 no Brasil, sem utilização de dinheiro público.
 - Criar conselhos consultivos setoriais em cada área de atividade esportiva com a finalidade de, informalmente, construir um canal de mão dupla entre o Governo e a sociedade no debate das questões do esporte.

Cultura

As ações do Governo concentrar-se-ão em três tópicos principais e catalisadores da cultura nacional.

- Preservar a memória do nosso passado histórico: monumentos, igrejas, sítios arqueológicos, museus, documentos, e bibliotecas, em especial a Fundação Biblioteca Nacional.
- Incentivar a criação artística na áreas de: cinema, vídeo, fotografia, artes gráficas, artes plásticas, arquitetura, paisagismo, música, folclore, dança, teatro, literatura, editoração e bibliotecas, de modo a oferecer oportunidades para o surgimento de novos talentos.
- Difundir a cultura brasileira: promovendo o acesso da população aos bens culturais do presente e do passado; conservando os acervos culturais; apoiando a publicações não-comerciais de evidente interesse cultural; facilitando o acesso à leitura; e resguardando direitos autorais do artista.

Programa Comunidade Solidária

O Programa Comunidade Solidária concretiza uma estratégia de governo para o combate à fome e à pobreza. Compõe um conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelos ministérios e instituições públicas, selecionados em função da capacidade de promover, de imediato, transformações nas condições de vida das populações mais pobres.

O Programa atuará através de ações nas seguintes áreas: alimentação e nutrição; serviços urbanos; desenvolvimento rural; geração de emprego e renda; defesa de direitos e promoção social. Em cada uma dessas áreas serão identificadas atividades nas quais deverá haver todo o empenho para a garantia de recursos e, sobretudo, a melhoria de gestão. Um mesmo ministério pode ter mais de um programa selecionado entre os prioritários.

Sua estratégia de atuação será a de identificar em conjunto com os governos estaduais, bolsões de pobreza, nos quais, em articulação com Estados e Municípios, e em parceria com a sociedade civil, serão concentrados esforços para uma ação convergente dos órgãos federais.

Os Municípios selecionados em cada região deverão receber prioridade nas alocações de recursos de todos os programas que compõe o elenco do Comunidade Solidária e que forem identificados como prioritários pelas próprias comunidades locais, para o enfrentamento dos seus problemas. Esse trabalho de articulação e programação convergente das ações dos Governos será implementado de forma flexível e adaptada à realidade de cada comunidade.

A execução dos programas será descentralizada, e os Estados e Municípios participarão do Comunidade Solidária por adesão. O Governo Federal oferecerá um conjunto de ações sob sua responsabilidade, definirá diretrizes gerais, critérios de enquadramento das

propostas, e alocará os recursos financeiros. Os governos estaduais e municipais, com a participação das comunidades, selecionarão suas prioridades, a estratégia local de operação e responderão pela execução dos programas. Os governos estaduais e municipais deverão, ainda, fornecer contrapartidas no financiamento das ações e garantir a parceria da sociedade civil no diagnóstico, na elaboração das propostas, no acompanhamento, na fiscalização e no controle e, sempre que possível, na execução dos projetos.

O Conselho do Programa Comunidade Solidária, vinculado à Casa Civil Presidência da República, será integrado por Ministros de Estado das áreas mais diretamente ligadas ao Programa e por personalidades da sociedade civil.

Esse Conselho, de caráter consultivo, absorve e amplia as atribuições do antigo Conselho Nacional de Segurança Alimentar — CONSEA, operando como um instrumento de mobilização da sociedade e divulgação nacional e internacional do Programa. Tem como atribuição comunicar-se com a sociedade civil, debater as questões relacionadas ao combate à fome e à pobreza, encaminhar propostas e fiscalizar as ações de Governo.

A Secretaria Executiva do Programa, também vinculada à Casa Civil da Presidência da República, tem como atribuições definir, em conjunto com os Ministérios as estratégias operacionais; articular uma ação integrada e convergente do Governo Federal e deste com os Estados e Municípios; acompanhar o desempenho dos diversos programas.

Para cada um dos programas ou componentes prioritários do Comunidade Solidária, serão definidos objetivos, metas, recursos necessários, critérios para aprovação das propostas encaminhadas pelos Estados e/ou Municípios e as atribuições dos órgãos federais envolvidos.

No âmbito de cada ministério, em particular Planejamento, Fazenda, Trabalho, Agricultura, Saúde, Educação, Justiça, Previdênc-

cia e Esportes, serão criados Grupos Executivos vinculados diretamente ao Ministro. Estes, responderão pelos programas selecionados como prioritários em suas respectivas pastas. Isto significa que a implementação das ações será da responsabilidade dos diversos Ministérios e que os recursos destinados ao Programa serão alocados através dos orçamentos setoriais.

O Programa Comunidade Solidária é uma prioridade do conjunto do Governo. Todos os ministérios e órgãos da Administração Pública Federal estarão empenhados em contribuir para aquele que é o objetivo maior do País: erradicar a fome, a miséria e a pobreza. A busca da eficiência, de eficácia e da equidade, a descentralização, a parceria e a participação são as grandes diretrizes para todo o Governo Federal.

POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

Para dar continuidade ao processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade, estabelecidos desde 1987 no relatório "Nosso Futuro Comum" (Relatório Brundtland), o Governo associou num mesmo plano institucional a política ambiental, a política nacional de recursos hídricos e a responsabilidade pela articulação de todas as ações federais na Amazônia Legal.

Nesse novo arranjo institucional, compete ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal coordenar as ações planejadas em favor do desenvolvimento sustentável, qual seja "aquele que atende às necessidades das atuais gerações sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem a suas próprias necessidades".

A concepção de que a água é parte integrante dos ecossistemas e é um recurso natural e um bem social e econômico de caráter essencial deverá presidir a política de recursos hídricos, que dará ênfase à conservação e ao uso sustentável dos aquíferos e à sua distribuição entre os diferentes fins, como irrigação, abastecimento, saneamento, geração de energia e navegação.

Diante do exposto, será discutida e avaliada a política de recursos hídricos, para se estabelecer legislação que contemple nova forma de gerenciamento do uso da água no território brasileiro e de

seu uso na produção agrícola, através de projetos de irrigação, de microbacias hidrográficas e de aproveitamento de várzeas.

A política ambiental deverá orientar-se pelos seguintes mecanismos de planejamento integrado:

- Aprimorar a representatividade do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), como foro de articulação entre a sociedade e o Governo, na definição da política nacional do meio ambiente.
- Estabelece padrões regionais de desenvolvimento, levando em conta ecossistemas típicos e seu melhor aproveitamento econômico, propondo, quando necessário, zoneamento ecológico-econômico.
- Promover projetos de recuperação de áreas degradadas.
- Apoiar esforços, planos, programas e projetos estaduais, municipais, empresariais e comunitários de combate à poluição e tratamento de dejetos, efluentes e emissões tóxicas.
- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias ambientais, pelo apoio à cooperação entre universidade, empresa, organizações não-governamentais e Governo.
- Favorecer projetos de cooperação internacional científica, técnica, tecnológica e financeira dirigidos ao esforço de proteção e preservação ambientais, bem como à prevenção da contaminação e ao combate à poluição, adequados à realidade nacional.
- Diligenciar para fazer efetivos os compromissos assumidos pela comunidade internacional, em especial aqueles que prometem recursos novos e adicionais para promoção do desenvolvimento sustentável e metas ambientais.
- Atuar no sentido de garantir o acesso brasileiro a tecnologias ambientais atuais, nas condições prometidas em convenções e compromissos internacionais.

Os diferentes programas e projetos do Ministério e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) terão suas metas avaliadas e compatibilizadas com as disponibilidades de recursos orçamentários.

Programas de meio ambiente financiados com recursos de organismos internacionais serão implementados, a exemplo do Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (Probio), cujo contrato com o Banco Mundial será firmado para começar a receber os recursos a serem doados pelo Global Environment Facility (GEF).

O Probio será implementado em todo o território nacional, através do Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio), instituído em dezembro de 1994 com o objetivo de executar as diretrizes de uma política de conservação e uso sustentado da diversidade biológica.

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil deverá executar o conjunto de projetos já aprovados, que contarão com recursos dos países do Grupo dos Sete e da Comissão das Comunidades Européias, através do Banco Mundial.

A atuação do Governo na Amazônia Legal será orientada por diretrizes de preservação do meio ambiente; melhoria das condições de vida da população; conservação e uso adequado dos recursos naturais; promoção do desenvolvimento sócio-econômico; apoio às ações de segurança na região; e aperfeiçoamento da cooperação internacional.

Caberá ao Ministério promover a integração dos órgãos e entidades de meio ambiente atuantes na Região Amazônica, visando à preservação dos recursos ambientais e avaliação das atividades econômicas quanto aos efeitos e custos sobre o patrimônio natural. E, ainda, estimular a participação da sociedade civil e de suas entidades organizadas na defesa do meio ambiente da região.

Esforços devem ser empreendidos, também, para melhorar as condições de saúde, educação, saneamento, infra-estrutura e habitação da Região Amazônica. As comunidades que vivem do extrativismo e os povos indígenas serão protegidos de ações nocivas e ilegais, buscando-se soluções próprias ao atendimento de suas necessidades básicas.

O Ministério participará do planejamento da segurança da Amazônia, cujos objetivos são: manter o controle e a defesa do território nacional; impedir o narcotráfico e o contrabando; reprimir e desarticular a exploração ilegal dos recursos naturais; e proteger a população da ação de grupos ilegais e clandestinos.

A promoção do desenvolvimento sócio-econômico obedecerá os princípios de: zoneamento ecológico-econômico; fortalecimento das comunidades; sustentabilidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; e implementação do turismo ecológico, visando a integração com os países do Tratado de Cooperação Amazônica.

POLÍTICA EXTERNA

O Brasil conta hoje com um patrimônio respeitável de realizações na área diplomática.

Somos um ator global, com presença significativa, embora ainda não plenamente desenvolvida e aproveitada, em todas as regiões do mundo e nos foros decisórios de natureza econômica e política, tanto regionais como internacionais.

Somos também um “mercador global”, com interesse nas relações comerciais e econômicas com praticamente todos os países e regiões.

Participamos de um processo de integração regional, o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), que se consolida como união aduaneira a partir de 1º de janeiro de 1995 e que traz um apporte significativo em peso político e dimensão econômica à própria inserção internacional do Brasil, reforçando nossa identidade e aumentando o interesse internacional pelo País.

Nossa personalidade jurídica e política internacional se ampliou, nossa dimensão latino-americana se fortaleceu, nossa parceria com os vizinhos ganhou contornos decisivos, ancorada em sólidas relações comerciais que já fazem do Mercosul nosso terceiro parceiro comercial, depois da União Européia e dos Estados Unidos, com cerca de 13 por cento do nosso comércio externo. Temos tido participação ativa e construtiva na diplomacia multilateral, especialmente nas

Nações Unidas e no Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), agora transformado na Organização Mundial de Comércio.

A esse patrimônio soma-se, hoje, uma nova projeção regional e internacional do País, conseguida graças aos êxitos obtidos na área econômica, com o encaminhamento satisfatório e duradouro da questão da dívida externa, o combate à inflação e a estabilização da moeda mediante políticas eficazes nas áreas fiscal, cambial e monetária, a abertura da economia brasileira à competição internacional, a retomada do crescimento, a melhora dos padrões de consumo da população e o crescimento dos atrativos para os investimentos no País.

Essa nova projeção amplia a projeção natural que o País já tinha em função das suas características (dimensões continentais, grande população, recursos naturais abundantes, multiplicidade de vizinhos, parque industrial desenvolvido, trajetória de desenvolvimento, multiplicidade de parceiros econômicos e comerciais) e o aproxima mais dos modelos econômicos dos países em desenvolvimento que têm obtido as melhores vantagens em sua participação no comércio internacional e no acesso a tecnologias e a investimentos.

Ao mesmo tempo, o Brasil hoje situa-se claramente em lugar de realce no Continente, mostrando um vigor econômico e uma capacidade de recuperação e estabilização que o singularizam na região.

O Brasil tem ainda de lidar com muitos constrangimentos próprios de uma sociedade injusta, marcada pela violência, má distribuição social e regional de renda, analfabetismo, doença, baixa qualificação profissional de uma grande massa de trabalhadores. Esses constrangimentos marcam de forma profunda a nossa agenda interna e a nossa agenda internacional.

A diplomacia só será eficiente se tiver uma visão realista do País, de seus acertos e de seus problemas. Melhorar as condições da

nossa inserção internacional é um instrumento básico no processo de transformação qualitativa da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que essa transformação qualitativa será uma alavanca fundamental para a melhoria do padrão dessa inserção externa do Brasil.

Com a economia mais aberta, consequência de um processo refletido de maior exposição à competição internacional em benefício dos consumidores brasileiros e da nossa própria competitividade, temos melhores condições de buscar e mesmo exigir acesso mais desimpedido ao mercado internacional e práticas leais e transparentes em matéria de comércio, transferência de tecnologia e investimentos.

Temos uma agenda interna mais definida, com a atenção posta no crescimento e na busca de maior eqüidade social e na qual as reformas assumem prioridade porque têm uma função a cumprir na consolidação da estabilidade e na retomada do crescimento com mais justiça social. Nossos compromissos em matéria de direitos humanos, proteção ambiental, combate à criminalidade e ao narcotráfico e proteção das minorias dão-nos um vigor novo para lidar com uma agenda renovada no plano externo, buscando parcerias, a cooperação e o diálogo construtivo necessários para avançar essa agenda internamente.

O Brasil é mais confiável e tem mais credibilidade internacional, porque soubemos, em tempo hábil e sem comprometer princípios ou sacrificar visões de longo prazo em favor de benefícios conjunturais duvidosos, fazer as alterações de política que melhor respondiam às mudanças em curso no mundo, no nosso Continente e no próprio País. E essas alterações prosseguirão, reforçando nosso capital político e nosso instrumental de atuação internacional.

O quadro internacional

No plano externo, temos uma conjunção de fatores favoráveis nunca vista:

-
- um interesse renovado pelo Brasil;
 - a retomada do crescimento nos países desenvolvidos, ainda que a taxas modestas;
 - uma América Latina que tem crescido com abertura comercial e estabilidade econômica, na qual nos reacomodamos plenamente, com evidentes vantagens mútuas;
 - o fim da confrontação ideológica e o encaminhamento da solução de velhos e persistentes focos de conflito que afetavam regiões potencialmente ricas e promissoras para o intercâmbio internacional, como o Oriente Médio, Angola e a República da África do Sul;
 - a preeminência, também no cenário internacional, de valores caros ao povo brasileiro, como a democracia, as liberdades individuais e o respeito aos direitos humanos, e a evidência de que, apesar de retrocessos localizados, o mundo está engajado em um processo de crescimento da civilização e de melhoria das relações entre os Estados;
 - a conclusão bem sucedida da Rodada Uruguai, que se corporifica na implantação da Organização Mundial de Comércio (OMC) e que consolida o multilateralismo no comércio internacional de bens e serviços, com a atualização e a universalização de regras fundamentais para que os países possam lidar de forma leal, transparente e eficaz com o fenômeno da globalização da economia e com a crescente competitividade entre as economias e os agrupamentos regionais;
 - a própria convivência harmoniosa entre o fortalecimento do multilateralismo sob a égide da OMC e a realidade dos processos de integração regional;
 - a criação e a operação de novos foros e coalizões, em obediência a forças de agregação diferentes daquelas tradicionalmente geradas pelas clivagens Leste-Oeste e Norte-Sul, impondo escolhas

para os Estados e políticas novas para retirar desses exercícios o melhor proveito.

Trata-se de um cenário basicamente positivo, ainda que muitas alterações se imponham para a democratização do processo decisório e sobretudo para que se distribuam melhor os frutos do progresso material, científico e tecnológico entre os povos do mundo.

No mundo atual, o poder cada vez mais se mede por outros fatores que não o poderio estratégico e militar. Países e povos que dominam a agenda econômica internacional e avançam em progresso material, bem-estar social e, sobretudo, nível e qualidade de emprego, mostram caminhos claros para o desenvolvimento e para uma melhor inserção internacional: a competitividade, o acesso a mercados, o acesso desimpedido a tecnologias avançadas, a abertura aos investimentos, o nível educacional e técnico da mão-de-obra, o investimento em ciência e tecnologia, a capacidade de promover no exterior a marca de qualidade da sua produção, a habilidade de estar à frente na criação e comercialização de novos produtos e serviços. A essas qualidades soma-se a formação de novas parcerias operacionais, que transcendam o diálogo político para situar-se na esfera dos resultados práticos em termos de comércio, investimentos, geração de empregos, ampliação da escala das economias, transferência de conhecimentos e tecnologia.

Um processo decisório mais ágil e descentralizado caracteriza as relações internacionais de hoje, que se definem cada vez mais como um jogo feito em diversos tabuleiros, mais aberto à participação dos países, mesmo que em condições menos vantajosas de saída, desde que se conte — a exemplo do que nós estamos crescentemente fazendo — com as capacidades adequadas. A melhor inserção do Brasil nesse processo decisório — e portanto a escolha refletida das instâncias de que podemos e devemos participar — é um desafio que alcança hoje a dimensão de imperativo, especialmente porque as escolhas pressupõem a capacidade de não promover exclusões.

As prioridades da ação externa brasileira

O papel da diplomacia brasileira e particularmente do Itamaraty é o de coadjuvar os esforços do Brasil por uma nova inserção internacional, que responda de forma adequada e produtiva à inédita combinação de fatores positivos e de desafios nos planos interno e internacional.

Os objetivos fundamentais da política externa brasileira são:

- Ampliar a base externa para a consolidação da estabilidade econômica e a retomada do desenvolvimento em forma sustentável e socialmente eqüitativa, abrindo mais e melhores acessos aos mercados, ajudando a proteger a nossa economia de práticas desleais de comércio, atrairando investimentos e tecnologia, melhorando as condições de acesso ao conhecimento.
- Melhorar o padrão das relações do Brasil com seus parceiros, alargando o leque dessas parcerias operacionais e diversificando o relacionamento.
- Dar ênfase à cooperação internacional que nos permita melhorar nossa competitividade e produtividade e que nos auxilie a progredir no tratamento de temas, como direitos humanos, proteção ambiental, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, que figuram em lugar de destaque na nossa agenda interna e na agenda internacional.
- Buscar uma maior e mais adequada participação no processo decisório regional e mundial, tanto nos foros políticos como nos foros econômicos.

Com esses objetivos em mente, vários temas e área de atuação adquirem sentido de premência e de particular importância. Uma listagem não-exaustiva, que não implica diminuição da importância relativa de outras áreas que compõem o conjunto de uma política externa que se quer universal e ativa, inclui:

-
- o processo de consolidação do Mercosul, sua eventual ampliação com a incorporação de novos parceiros e sua participação no processo de estabilização monetária e retomada do crescimento econômico do Brasil;
 - as relações com nossos vizinhos latino-americanos e o processo de integração hemisférica, especialmente a partir do aprofundamento das relações com a América do Sul;
 - as relações com o centro dos três pólos de poder econômico mundial, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão;
 - as relações com a região da Ásia-Pacífico, com especial atenção aos novos parceiros emergentes na região, integrantes da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN);
 - as relações com os três países continentais, a China, a Rússia e a Índia;
 - as relações com nossos parceiros econômicos tradicionais na África, acrescidos agora da África do Sul *pós-apartheid*;
 - a Organização Mundial de Comércio e a operacionalização dos resultados da Rodada Uruguai;
 - a proteção internacional dos direitos humanos e o diálogo construtivo com Organismos Internacionais e Organizações Não-Governamentais sobre o assunto;
 - a proteção ambiental, a cooperação para o desenvolvimento sustentável e muito particularmente o cumprimento dos compromissos assumidos, no mais alto nível, por coaisão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
 - a reforma das Nações Unidas;
 - os foros políticos e econômicos de consulta e concertação de que o Brasil faz parte ou tem interesse em integrar, como o Grupo do Rio, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento.

to Econômico (OCDE), o Grupo dos 15, a Conferência Ibero-Americana e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

- o desenvolvimento das relações fronteiriças com nossos vizinhos;
- a proteção e a assistência aos brasileiros no exterior; e
- a adequação da estrutura da diplomacia brasileira, na Secretaria de Estado e no exterior, na busca de mais eficiência e maior presença para fazer face aos desafios representados pela necessidade de avançar em todas essas e em outras áreas de interesse do País.

Nesse panorama de renovação do Brasil e de consolidação de novas credenciais para que o País possa operar no plano externo, terá importância fundamental a participação ativa do Presidente na diplomacia de Chefes de Estado e Governo, que é a marca das relações internacionais contemporâneas e uma característica particularmente importante da diplomacia hemisférica.

Por essa razão, estão programadas diversas viagens do Presidente da República ao exterior, seja para participar de compromissos multilaterais periódicos, como as reuniões presidenciais do Grupo do Rio, Mercosul, Conferência Ibero-Americana, Grupo dos 15 e Nações Unidas, seja como parte de processos de fortalecimento das relações bilaterais do Brasil com países e regiões prioritários.

No grupo das viagens de caráter bilateral, definidas com critério de prioridade e equilíbrio regional, estão previstas em 1995 visitas ao Uruguai, Chile, Estados Unidos, Argentina, Colômbia, África do Sul, Alemanha e Japão. O pressuposto de tais visitas é um criterioso processo de preparação, de forma que o encontro de alto nível culmine processos de aperfeiçoamento real das relações bilaterais e o lançamento de iniciativas concretas nas áeras de comércio, investimentos, cooperação técnica e científica, acesso à tecnologia e diálogo e consulta política.

No planejamento e na execução da política externa, é diretriz governamental dar ênfase aos vetores da democracia e do federalismo, o que se traduz no exercício regular do diálogo da Chancelaria com a sociedade civil, através dos sindicatos e associações de classe, dos partidos políticos e do Congresso Nacional, dos formadores de opinião, do empresariado, dos meios acadêmicos, das organizações não-governamentais, dos governos dos Estados e dos Municípios.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A reforma da Administração Pública Federal resultará de uma política bem definida, lúcida e clara que, de forma realista, escalone metas para o curto e médio prazos, não se curvando a corporativismos, mas que também não atropele direitos.

O Estado brasileiro não cumpre suas funções básicas, de forma responsável e eficiente, devido à degradação a que o corporativismo e o clientelismo submeteram tanto o seu aparelho institucional quanto seus funcionários.

A reforma administrativa está, portanto, intrinsecamente ligada à reforma do Estado e se constitui em direito do cidadão e condição de governabilidade.

Processo de crescente esvaziamento da administração direta e descontrole da administração indireta verificou-se a partir da segunda metade dos anos 60 e durante toda a década de 70, de tal forma que hoje existem, na esfera federal, mais de 100 autarquias, 40 fundações e 20 empresas públicas, sem contar as empresas estatais. Desestímulos vários à carreira e ao mérito e um processo de crescente achatamento salarial, tiveram como resultado um êxodo dos melhores quadros da administração direta em direção à administração indireta, ou à iniciativa privada. Por outro lado, a tendência das instituições da chamada administração indireta tem sido a de fugir do controle, o que vem dificultando uma ação mais concertada e eficaz do Governo.

De outra parte, as desastradas reformas administrativas desorganizaram as mais altas estruturas da Administração Pública Federal, agravando a situação e produzindo, como resultado, a desmoralização a que foram expostos órgãos que constituíam centros de excelência na área pública federal. São nada menos que 45 as mudanças verificadas, nos últimos dez anos, nos organogramas e nas estruturas de ministérios e secretarias, com a fusão, criação, recriação ou extinção de órgãos, numa sistemática extremamente nociva. Os reflexos estão sendo sentidos com o desmantelamento do sistema de produção de informações para a tomada de decisões governamentais, a desestruturação dos centros decisórios e a perda, em muitos casos, da "memória administrativa".

A desprofissionalização do pessoal, a desorganização e a má distribuição interna, são os fatores impeditivos da qualidade e produtividade do serviço público. Não há um número excessivo de funcionários. Houve até uma diminuição do número total de servidores federais, de cerca de 1,5 milhão em 1988 para 1,3 milhão em 1992, número que, em relação ao número de habitantes ou à força de trabalho, é muito inferior ao encontrado na França ou na Itália, por exemplo.

Metade do funcionalismo está concentrada nas atividades-meio e existem mais de 2.000 cargos públicos com denominações imprecisas, remunerações díspares e atribuições mal definidas. Por outro lado, o gasto com pessoal representava, em 1992, cerca de 4 por cento do PIB, índice considerado relativamente elevado, sendo ainda onerado pelas despesas com grande número de inativos e pensionistas, aproximadamente 550.000 em 1992.

O Estado precisa dispor de uma burocracia profissionalizada e corrigir todas essas distorções para se tornar ágil e eficiente e o servidor público tem que ter restauradas a sua dignidade, responsabilidade e capacidade de criação, de forma a que possa de fato cumprir a sua função de contribuir para o bem-estar da população.

A principal missão do recém-criado Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado é aprofundar e consolidar a Reforma do Estado, especialmente no que se refere ao aparelho estatal e sua burocracia.

Esta missão deverá ser norteada pelas seguintes diretrizes:

- Unificação dos mercados de trabalho. Enquanto o mercado de trabalho privado se caracteriza por um amplo leque salarial e a inexistência da estabilidade no emprego, fatores estes que estimulam o trabalho e a produtividade, o setor público se caracteriza por reduzido leque de salários e excessiva estabilidade dos funcionários, fatores decisivos para a baixa produtividade do setor. O objetivo desta diretriz é a valorização do funcionalismo, através do aumento de sua produtividade, premiações dos mais competentes, e, em seqüência, aumento do nível de sua remuneração.
- Criação e consolidação de uma carreira de administradores públicos de alto nível, com formação em nível de pós-graduação e devidamente remunerados para ocuparem os principais cargos de direção administrativa do Estado.
- Revisão do funcionamento do aparelho estatal e seus mecanismos de controle. A exemplo da prática das grandes empresas, o princípio da hierarquia formal rígida deve ser abandonado e substituído pelos princípios da descentralização, da atribuição de responsabilidade a gestores competentes e do controle por resultados. A moderna teoria de administração, tanto pública como privada, busca limitar a organização burocrática central a um pequeno núcleo de gestores, que se coordenam com base no princípio da cooperação, ao invés do princípio da hierarquia e do regulamento. Fora desse núcleo burocrático estão os trabalhadores, organizados em células de produção, e o setor terceirizado, cujas atividades são avaliadas e controladas pelos resultados alcançados e pela competitividade do mercado.

-
- Redução do núcleo do próprio aparelho do Estado. Para a consecução desta diretriz pode-se dispor de dois instrumentos: a privatização, que consiste na transferência para o setor privado das atividades produtivas voltadas para o mercado; e o desenvolvimento de organizações públicas não-estatais, voltadas para o interesse público, que não visam a lucro e nem agem exclusivamente segundo os critérios do mercado. Estas organizações são especialmente necessárias nas áreas de educação, de saúde, da cultura, das obras sociais e da proteção ao meio ambiente.

Uma das dimensões fundamentais da reforma do Estado brasileiro diz respeito à articulação da União com os governos estaduais e municipais. Para assegurar a cada uma das unidades federativas autonomia compatível com as suas responsabilidades, é preciso eliminar do texto constitucional ambigüidades acerca de atribuições administrativas. O Governo irá propor, nesse sentido, como contribuição ao debate no Congresso Nacional:

- uma melhor distribuição de competências da União, Estados e Municípios, para acabar com as dificuldades geradas pelas competências concorrentes, que desarticulam ação do Estado e permitem a superposição de funções administrativas;
- princípio da subsidiariedade: sempre que uma função pública puder ser exercida pelo poder hierarquicamente inferior, não deve ser absorvida pelo poder que está acima. Ou seja, a distribuição de competências entre Estados e Municípios deve considerar suas possibilidades de assumir responsabilidades técnicas e financeiras.

AGENDA CONSTITUCIONAL

A Constituição de 1988 foi elaborada em circunstâncias que estimularam os constituintes a incorporar ao texto constitucional tudo o que pudesse ser incorporado. De um lado, pela razão prática de que tornava-se mais fácil, do ponto de vista do processo legislativo, aprovar uma proposta de dispositivo constitucional do que um projeto de lei ordinária. De outro lado, porque a memória recente do período de autoritarismo alimentava uma enorme preocupação em restringir os poderes do Executivo e estabelecer de modo permanente a garantia de direitos e o atendimento de demandas sociais.

Em função disso, a Constituição acabou impondo restrições exageradas, não só ao exercício eficaz das ações de Governo, mas à própria soberania popular, tal como se manifesta através dos mandatários eleitos, tanto na esfera do Executivo como do Legislativo.

A verdade é que a Constituição de 1988 inclui dispositivos que dizem respeito mais propriamente a políticas de governo do que às regras permanentes de funcionamento do Estado e aos direitos dos cidadãos. Na medida em que o eleitorado pode conduzir ao Executivo e ao Legislativo representantes com orientações programáticas distintas das contidas na Constituição, está aberto o terreno para conflitos constantes sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de medidas infraconstitucionais dos dois poderes. Conflitos cuja solução acaba sendo submetida ao Poder Judiciário, transformado assim, de

maneira não prevista pelos constituintes nem desejada pelos próprios membros deste Poder, em responsável último por decisões típicas de governo.

O detalhismo da Constituição judicializa a política e despolitiza as decisões. Em vez da independência e harmonia que fundam a governabilidade democrática, instaura-se assim o impasse entre os Poderes constituídos. Impasse de consequências particularmente nefastas em matéria fiscal e financeira, na medida em que as oscilações naturais da fazenda pública e da economia nacional chocam-se com a rigidez da ordem constitucional.

A constitucionalização de vastas áreas da vida social e econômica acarreta o esvaziamento da atividade parlamentar, relegando o Poder Legislativo à mera reprodução de normas já incluídas na Lei Maior.

Reverter esse quadro preocupante importa em devolver à classe política a capacidade de, por suas maiorias e pelo voto democrático do Legislativo, nas relações com o Executivo, administrar o País, ou seja, ditar com a necessária flexibilidade os objetivos imediatos e os instrumentos ordinários da ação do Governo.

Daí por que as propostas de emenda constitucional do Governo têm como pano de fundo a desconstitucionalização, ou seja, a retirada do texto constitucional de normas que lá não deveriam estar por serem mais propriamente matéria de política de governo, passíveis de tratamento por legislação infraconstitucional.

A supressão pura e simples desses dispositivos criaria, porém, graves incertezas jurídicas e políticas. Para evitá-las, o Governo propõe que se adote, quando for o caso, emendas com o triplo efeito de:

a) alterar, no que couber, os dispositivos sobre um dado assunto que devam permanecer no corpo da Constituição;

b) eliminar da Constituição os dispositivos sobre o mesmo assunto que devam ser tratados em legislação infraconstitucional;

c) manter em vigor como norma transitória, com as modificações cabíveis, os dispositivos eliminados do corpo da Constituição, até a edição da legislação infraconstitucional correspondente.

Com isso evitaria-se o vácuo legal que poderia ser criado pela supressão de dispositivos constitucionais sem a simultânea aprovação das normas infraconstitucionais.

Vem a propósito, aqui, a seguinte afirmativa de Ralph Dahrendorf numa reflexão sobre os destinos da Europa Central após o colapso do comunismo: "Em questões de política constitucional não há dois caminhos, ou melhor, só há dois caminhos: a sociedade fechada ou a sociedade aberta, ao passo que, na política normal, uma centena de opções pode ser oferecida e três ou quatro geralmente o são".

Não deixemos escapar a oportunidade de consagrar no Brasil a sociedade aberta — a Constituição da liberdade, — devolvendo ao âmbito da política normal e da atividade legislativa ordinária a centena de opções que o dia-a-dia da vida social normalmente exige.

Tal é o espírito das propostas de emenda constitucional que o Governo encaminhará ao Congresso Nacional a partir de amanhã.

Os temas de algumas dessas propostas e a respectiva fundamentação são antecipados a seguir. Outros temas, ou novas propostas sobre os mesmos temas, serão sucitados pelo Governo nos próximos meses, sempre no intuito de oferecer, não um "pacote" fechado, mas contribuições para a decisão soberana do Poder Legislativo.

Ordem Econômica

A fim de consolidar a estabilidade econômica e assentar as bases materiais da justiça social, é imprescindível eliminar da Constituição

dispositivos que restringem de maneira descabida a participação do capital privado nacional e o estrangeiro nos investimentos essenciais ao desenvolvimento do País.

É o caso do modelo monopolístico do setor de telecomunicações. Mais de 50 por cento das localidades brasileiras, 80 por cento das residências e 98 por cento das propriedades rurais não têm telefone. A carência é estimada em 10 milhões de linhas, uma demanda que pode acentuar-se com a retomada do crescimento econômico. Propondo a eliminação da exigência de controle estatal, para que também as empresas privadas possam explorar os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, o Governo não quer mais do que possibilitar investimentos no volume necessário na expansão e modernização da infra-estrutura nacional de telecomunicações. Ao mesmo tempo, mantido o regime de concessão, assegura-se ao Poder Público o instrumento básico para a adequada fiscalização do setor.

Propõe-se também emenda com o objetivo de flexibilizar o monopólio do petróleo, permitindo à União exercê-lo através de contratos com empresas privadas para a exploração das atividades de pesquisa e lavra, refino, importação e exportação e transporte. Essa mudança possibilitará reduzir os custos de exploração e produção de petróleo, derivados e gás natural.

Outra proposta de emenda visa a eliminar o monopólio para empresa estatal estadual na exploração dos serviços locais e a exclusividade de distribuição de gás canalizado. Pretende-se, assim, tornar o setor mais competitivo por meio da injeção de investimentos privado, mantendo-se a responsabilidade do Poder Público sobre a atividade, mediante o regime de concessão.

A Constituição de 1988 estabeleceu discriminação entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, chegando a prever tratamento preferencial para esta última. Essa discriminação

perdeu sentido no contexto da abertura da economia, com a eliminação das reservas de mercado, maior interrelação entre as economias e necessidade de atrair capitais estrangeiros para complementar a poupança interna. Propõe-se, em vista disso, sua eliminação do texto constitucional.

Na mesma linha, encaminha-se proposta que permite a pesquisa e a lavra de recursos minerais e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica por brasileiro ou empresa brasileira, mediante autorização ou concessão, sem qualquer prejuízo do controle da União.

Também será proposta emenda remetendo para a legislação ordinária as eventuais restrições ao capital estrangeiro na navegação de cabotagem. Não faz sentido manter a “reserva de mercado” para embarcações nacionais na navegação de cabotagem e interior — exigência que implica em menor flexibilidade na contratação do serviço de transporte de carga, acarretando aumento de custos e de preços finais dos produtos, notadamente daqueles em que o custo de transporte é significativo.

No setor de assistência à saúde, propõe-se emenda com o objetivo de eliminar a discriminação não justificada em favor do capital nacional, assegurando a concorrência essencial para a melhora da qualidade e a redução do custo dos serviços.

Reforma Tributária

As relações entre os contribuintes e o fisco precisam ser fortalecidas, como condição básica para reestruturar os vínculos financeiros do Estado com a sociedade.

As alterações legais do sistema tributário, quando freqüentes, dificultam o adequado cumprimento das obrigações fiscais pelo contribuinte, além de onerar a máquina administrativa. Um bom plane-

jamento governamental deve compatibilizar necessidades de recursos e fontes de financiamento, evitando a criação ou elevação de impostos para a cobertura de déficits conjunturais. O sistema fiscal assentado em normas permanentes e de domínio público confere maior transparência e previsibilidade às contas governamentais.

A profusão de normas fiscais e as constantes alterações tributárias tiveram origem, muitas vezes, na combinação do processo inflacionário com a crise fiscal — o Governo tentando cobrir seus déficits e, ao mesmo tempo, preservando receitas fiscais ameaçadas de corrosão pela aceleração inflacionária. Com a estabilidade econômica, haverá as melhores condições para promover os ajustes fiscais necessários e garantir regras estáveis para o sistema tributário.

Os tributos precisam ser repensados, alguns até mesmo eliminados, mas é essencial simplificar nosso sistema tributário, racionabilizando-o e modernizando-o para a nova etapa de desenvolvimento econômico. Isto não quer dizer que o Governo pode renunciar a parte das receitas fiscais que financiam os serviços prestados à sociedade, sem avaliar as necessidades de gastos. Pelo contrário, é necessário balizar as receitas para que o Estado exija da sociedade a menor quota de sacrifício possível, sem deixar de atender as prioridades sociais.

A simplificação tributária não quer dizer simples redução do número de tributos. Um único imposto pode ser mais oneroso e injusto que um conjunto racional de impostos. Simplificar e criar princípios para a capacidade contributiva, eqüidade fiscal, eficiência e neutralidade econômica, em ambiente de uma administração tributária eficaz e modernizada.

Estudos concluem que a carga tributária no Brasil, em torno de 25 por cento do PIB, não é alta, mas é extremamente mal distribuída.

O sistema tributário, portanto, deve operar como instrumento que atenua efeitos da concentração da renda e da riqueza no País, e como redutor de tais disparidades. A concentração dos impostos em

uma base de incidência restrita, tanto no que se refere àqueles cobrados diretamente das pessoas físicas como aqueles cobrados das empresas, merecerá cuidadosa revisão.

O peso da tributação indireta também é alto no Brasil, atingindo indistintamente os consumidores em qualquer nível de renda, e o estrato mais pobre da população. O efeito final dessa tributação é regressivo e concentrador.

A busca de maiores receitas fiscais por meio da elevação alíquotas de impostos e contribuições, agravou ainda mais essas distorções, porque ampliou a carga tributária daqueles que já pagavam impostos ao invés de estender a cobrança de impostos àqueles que escapam à tributação.

O sistema tributário brasileiro ainda contém dispositivos que afetam o desenvolvimento e a expansão de certas atividades produtivas. O excessivo custo tributário em setores e atividades econômicas, decorre, muitas vezes, da cumulatividade da incidência de impostos, que eleva a carga tributária a níveis gravosos. As distorções impositivas atingem e prejudicam, as decisões de investir, inibindo o crescimento da produção e a oferta de empregos. Parte dos impostos e contribuições tem natureza cumulativa, e incide em cascata nas diversas fases do processo produtivo, a exemplo do IOF, IPMF, Cofins e do PIS, tributos que, em conjunto, representam expressiva parcela da carga tributária total. Os impostos que recaem sobre a produção e o consumo, ainda que incidindo sobre o valor adicionado, apresentam algum grau de cumulatividade.

A sobretaxação do investimento é também, fator de distorção da carga tributária. Além de encarecer o preço dos produtos, inibe a criação de empregos e o próprio desenvolvimento econômico e social do País. Torna-se necessário, portanto, assegurar o aproveitamento integral dos créditos do IPI e do ICMS, respectivamente, relativos aos bens de uso, consumo ou ativo permanente aplicados na produção.

O elevado ônus tributário que incide sobre os produtos agrícolas, tem sido apontado como fator de desestímulo à expansão do setor, anulando, muitas vezes, a margem de lucro do produtor, particularmente do pequeno produtor.

Uma das distorções mais tradicionais do sistema tributário brasileiro, hoje na contramão da teoria e práticas internacionais, é a incidência generalizada de impostos sobre as exportações. Será corrigida para melhorar a competitividade externa do País. As exportações estarão sujeitas apenas ao imposto de exportação, vedada a cobrança dos demais tributos, inclusive daqueles incidentes sobre vendas, a exemplo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) ou Imposto sobre Serviços (ISS). Com isto, a política de comércio exterior poderá ser exercida, de forma racional e integrada de acordo com os interesses nacionais.

No caso do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a imunidade constitucional já é prevista, embora não seja disciplinado, com clareza, o direito ao aproveitamento ou restituição de créditos do mesmo imposto, já pago nas operações precedentes.

No tocante ao ICMS, que hoje ainda incide sobre as exportações de produtos primários ou semi-elaborados, será proposta completa desoneração fundamental para o desenvolvimento das atividades produtivas internas e incremento das exportações brasileiras.

A diversidade de regras para os tributos é a causa principal das dificuldades por que passam as micro e pequenas empresas do País. A complexidade do sistema tributário impõe custos adicionais para elas, que operam em pequena escala e não dispõem de assessoramento tributário-contábil. As obrigações acessórias e burocráticas são tantas que, por vezes, chegam a superar as despesas com o pagamento dos impostos propriamente ditos.

A regressividade do sistema fiscal brasileiro é agravada pela forte incidência de impostos sobre os produtos da cesta básica. Isso porque a população de mais baixa renda gasta a quase totalidade do que ganha na compra de produtos que compõem a cesta básica. O peso relativo desta tributação para os mais ricos que consomem outros produtos e pouparam parte de suas rendas, é proporcionalmente menor do que para os pobres.

A reforma tributária que será proposta, prevê compensações para as perdas de receita dos Estados em decorrência das isenções tributárias às exportações e aos produtos e insumos agrícolas.

A tributação dos bens de consumo, na forma de impostos indiretos, não diferencia ricos e pobres e, por isso, é menos justa que a tributação direta. Para cada produto o imposto é o mesmo, independentemente de quem o consome. Uma forma de amenizar esse efeito indesejável é diferenciar as alíquotas do imposto de acordo com a essencialidade do produto. Taxando mais fortemente os produtos de consumo de luxo ou supérfluo, e graduando seletivamente as alíquotas para atenuar os indesejáveis efeitos concentradores dessa tributação.

O Governo vai enfrentar a questão da reforma tributária levando em conta a necessidade de resgatar a capacidade de realização de investimentos públicos na área social, e adotando os princípios de simplicidade, eficácia, eqüidade e justiça social.

Reforma da Previdência Social

As distorções do sistema previdenciário brasileiro, já abordados no diagnóstico da situação social do País, representam uma ameaça imediata ao equilíbrio das contas públicas e um risco para a continuidade, a médio e longo prazo, da prestação dos benefícios hoje oferecidos. É dever do Governo e do Congresso Nacional

enfrentar o problema agora, quando ainda é possível resolvê-lo assegurando os direitos adquiridos e as expectativas de direito. Abster-se diante das dificuldades do tema significaria compactuar com a implosão do sistema num futuro não muito distante.

As propostas de emenda constitucional que serão oferecidas pelo Governo buscam garantir o equilíbrio financeiro da previdência pública, tanto pelo lado da receita como da despesa, incluindo as seguintes providências:

- ampliar a base de incidência das contribuições sociais, incluindo receitas financeiras, patrimônios e de outra natureza;
- garantir a participação dos Estados e Municípios no financiamento da seguridade social, mediante exigência de contrapartida para a transferência de recursos da União;
- remeter para lei complementar a definição das prestações, prazos de carência e limite máximo de valor para os benefícios do regime geral de previdência social.
- desconstitucionalizar as normas referentes aos critérios de aposentadoria e reajustamento dos benefícios dos servidores públicos;
- equalizar, dentro de princípios de viabilidade atuarial, os critérios de contribuição e pagamento de benefícios do regime de previdência dos servidores públicos com os do regime geral;
- desestimular a aposentadoria precoce de servidores públicos, vedando o acúmulo de rendimentos provenientes de aposentadoria com outros rendimentos pagos pelo setor público;
- vedar a instituição, em todas as esferas de Governo, de regimes de previdência pelo exercício de mandato eletivo, que, por serem inviáveis do ponto de vista atuarial, constituem privilégios custeados quase exclusivamente pelo Tesouro público;

-
- aplicar aos magistrados, incluindo ministros dos tribunais superiores, os mesmos critérios de aposentadoria dos servidores públicos em geral;
 - dar tratamento isonômico aos servidores públicos civis e militares, exceto no que se refere ao limite de idade para aposentadoria e regras de cálculo do valor do benefício, que devem observar às especificidades da vida militar.

PARTE III

APÊNDICE ESTATÍSTICO

I. BRASIL: Contas Nacionais 1986-1993

Discriminação	Em CR\$ 1000							
	1986	1987	1988	1989	1990	1991		
PIB a Preços de Mercado (R\$ 1000)								
Consumo	1	4	29	426	10.899	57.105	618.612	14.048.588
Investimento Interno Bruto	2.710	8.154	56.635	815.396	22.578.804	123.031.716	1.308.016.000	29.897.619.503
Exportação de Bens e Serviços não-fatores	702	2.573	19.650	314.398	862.713	30.810.000	333.471.000	7.872.184.000
Importação de Bens e Serviços não-fatores	323	1.091	9.421	104.511	2.345.010	14.043.820	177.760.498	3.789.460.000
Poupança Interna Bruta	233	714	4.928	63.919	1.813.698	10.847.356	118.064.771	2.925.647.000
Poupança Externa Bruta	630	74	56	(1.131)	(2.341)	269.755	628.152	(27.218.928)
								38.633.616

Fonte: Fundação IBGE

2. BRASIL: Meios de Pagamento, Base Monetária e Multiplicadores Principais Haveres Financeiros 1988-1994

Discriminação	(CR\$ bilhões)				
	1988	1989	1990	1991	1992
Meios de Pagamento - M1					
Papel-moeda em poder do público	0,0	0,1	2,5	10,8	104,6
Depósitos à vista	0,0	0,0	1,0	3,6	36,9
Base Monetária					
Multiplicador	0,0	0,1	1,6	6,3	69,2
Meios de Pagamento - M2					
Meios de Pagamento - M3	1,91	1,53	1,55	1,70	1,51
Meios de Pagamento - M4	0,0	0,8	5,4	37,5	652,8
Meios de Pagamento - M5	0,1	1,2	7,7	53,9	905,9
Meios de Pagamento - M5	0,1	1,3	10,4	71,8	1.354,2
Meios de Pagamento - M5	0,1	1,3	15,2	84,6	1.354,2
Principais Haveres Financeiros					
FAF e Fundos de Renda Fixa - Conto Prazo (1)	0,1	1,2	12,7	73,8	1.249,7
Depósitos Especiais Remunerados - DER	-	-	-	10,3	133,7
Titulos Federais em Poder do Pùblico (2)	-	-	-	4,1	84,3
Depósitos de Poupança	0,0	0,6	2,0	8,2	248,4
Titulos Privados (3)	0,0	0,1	0,9	4,2	81,8
Valores à Ordem Banco Central - VOB (4)	0,0	0,3	2,4	16,4	253,1
	-	0,2	2,7	17,9	448,4
		-	4,8	12,7	13.549,3
					57,654

Fonte: Banco Central do Brasil / DEPEC

(1) Exclui depósitos à vista dos FAF e dos FRF-CP

(2) Exclui títulos em carteira do Banco Central, dos FAF, dos FRF-CP e de outras instituições financeiras.

(3) Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio e letras hipotecárias, exceto aqueles em poder dos FAF e dos FRF-CP.

(4) Saldo dos cruzados novos bloqueados por ocasião do Plano Brasil Novo (março de 1990).

(5) Valores em R\$ milhões e ainda preliminares.

3. BRASIL: Exportações 1986-1994

Volume em 1.000 toneladas
Valor em US\$ milhões

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992/1 ^a	1993/2 ^a	1994/3 ^a
	Value	Value	Value	Value	Value	Value	Value	Value	Value
Total	22.348	133.833	26.224	142.378	33.789	169.666	34.383	177.032	31.414
Produtos Primários	7.280	107.972	8.022	115.401	9.411	135.477	9.549	144.116	8.747
Açúcar Demerara	141	904	134	908	166	892	114	433	289
Café em Grão	2.086	478	1.959	988	2.069	904	1.360	948	1.106
Cácaos em Amêndoas	135	273	143	266	143	134	107	223	128
Minério de Ferro	91.135	1.615	91.135	1.615	95.332	1.891	112.815	2.233	114.497
Minério de Manganês	31	760	28	716	45	1.043	63	1.035	83
Fumo em Folhas	394	1.49	405	511	171	512	164	566	184
Farole de Soja	1.253	6.952	1.450	7.802	2.023	8.127	2.136	9.871	1.610
Ouros Minérios Metalúrgicos	83	3.066	75	1.821	133	4.712	145	4.691	1.63
Soja	242	1.198	570	3.024	728	2.597	1.154	4.618	910
Outros	1.182	3.195	1.520	3.520	1.690	4.077	1.498	3.774	1.485
Produtos Industrializados	14.895	24.687	18.014	25.850	24.079	32.501	24.441	31.659	22.119
Semimanufaturados	2.491	7.476	3.175	8.462	4.892	10.408	5.807	13.383	5.108
Alumínio em Bruto	350	297	587	397	1.072	469	841	419	875
Pasta Química de Madeira	319	862	394	800	618	1.044	677	986	592
Semimanufat. em ferro e aço	4.442	460	2.653	878	4.006	1.356	5.336	753	3.406
Outros	1.408	3.875	1.754	4.612	2.324	4.829	2.953	6.642	2.888
Manufaturados	12.404	17.211	14.839	17.428	19.187	22.093	18.634	18.276	17.011
Açúcar Refinado	190	1.196	160	1.095	1.62	781	158	504	186
Cadeados, suss. Partes e Cimp.	1.026	68	1.169	67	1.281	72	1.312	82	1.184
Cadeiras, Aper. e Inst. Mec.	1.472	305	1.614	356	2.291	467	2.723	554	2.486
Gásolina	385	2.763	629	3.802	589	3.846	520	2.906	405
Máquinas eparelhos Elétricos	771	85	889	87	970	109	1.076	1.24	1.023
Material de Transporte	1.569	386	2.775	587	3.054	646	2.995	576	2.299
Papel e suas Manufaturas	347	692	365	609	684	1.104	609	899	613
Produtos Químicos Orgânicos	512	941	611	1.079	870	1.191	792	1.049	743
Produtos Siderúrgicos Manuf.	1.119	3.797	1.060	3.200	2.353	6.165	1.842	3.992	1.644
Soja de Laranja	4.678	803	5.791	4.717	6.235	7.555	1.144	664	1.019
Outros	4.275	6.235	4.174	188	1.174	1.087	5.789	7.048	5.588
Operações Especiais	173	1.174	188	1.087	299	1.087	1.688	393	1.257

Fontes: SECEX e Banco Central do Brasil.

1/Dados preliminares.

2/Dados preliminares janetiro/novembro.

4. BRASIL: Importações 1986-1994

Volume em 1.000 toneladas
Valor em US\$ milhões

Descrição	1986			1987			1988			1989			1990			1991			1992			1993			1994		
	Volume	Valor	Volumen	Volume	Valor																						
Total	14.044	60.605	15.052	61.975	14.605	58.085	18.263	57.293	20.661	57.212	21.041	63.278	20.554	68.057	25.480	77.813	28.326	75.505	27.172	19.317	27.194	27.272	27.194	27.272			
Bens de Consumo	1.999	1.369	1.522	841	1.373	473	2.619	1.135	2.789	1.813	2.790	1.688	2.244	1.157	2.741	1.572	3.596	3.060									
Alimentos	1.098	1.321	643	795	376	437	1.249	1.080	1.379	1.763	1.275	1.627	850	1.098	1.090	1.388	1.708										
Vestuário	199	34	223	33	196	20	412	39	321	29	358	35	281	28	365	51	414	52									
Ouros	702	14	656	13	801	16	958	16	1.089	21	1.157	26	1.113	31	1.286	133	1.474	307									
Materias Primas	5.041	18.109	4.863	16.108	4.901	10.413	6.342	11.601	6.577	13.241	7.437	18.317	7.115	19.508	9.076	22.336	9.925	25.125									
Trigo	248	2.255	250	2.749	97	94	211	1.308	295	1.962	455	4.672	542	4.437	726	5.666	675	5.363									
Fertilizantes e Adubos	295	3.765	317	3.815	313	3.208	2.633	319	2.633	2.631	2.404	3.007	3.494	4.41	5.398	511	4.918	573	5.703								
Produtos Químicos	1.868	2.161	1.942	2.420	2.078	2.016	2.469	1.881	2.631	2.832	2.882	2.832	2.745	3.004	3.435	3.435	3.883	3.822									
Pasta, Madeira, Celulose e Obras	192	296	348	269	269	247	401	445	394	407	445	481	339	347	422	492	491	564									
Obras de Plásticos e Borrachas	417	191	476	224	224	535	629	629	668	277	740	351	737	357	1.012	580	1.160	814									
Petro Fundiço e Ágô	323	1.068	286	682	263	228	420	652	373	337	332	256	358	424	410	410	368	387	369								
Metal Nito-Ferroso	1.423	8.192	954	5.608	3.176	3.130	1.489	4.292	1.485	4.717	1.814	5.978	1.543	437	210	474	704										
Ouros																											
Combustíveis e Lubrificantes	3.540	40.793	4.709	44.754	4.136	46.906	4.430	44.326	5.363	41.899	4.848	42.974	4.860	47.053	5.072	53.160	4.242	46.474									
Petróleo e Derivados	3.020	31.522	4123	33.222	3.515	35.040	3.753	32.457	4.734	30.809	4.073	29.661	4.141	33.615	4.399	39.239	3.601	34.141									
Outros	520	9.271	586	11.532	621	11.926	677	11.859	629	11.090	776	13.313	719	13.438	673	13.921	641	12.333									
Bens de Capital	3.464	334	3.958	272	4.195	233	4.872	231	5.932	259	5.966	299	6.335	339	8.591	545	10.563	846									
Materiais de Transporte	750	180	947	109	525	63	693	49	756	49	995	84	1.283	103	2.320	230	2.969	448									
Maquinaria e Material Elétrico	2.714	154	3.011	163	3.670	170	4.179	182	5.176	210	4.971	215	5.052	236	6.271	315	7.594	398									

Fonte: SRF-Cotec e Banco Central do Brasil

1/Dados preliminares.

2/Dados preliminares Janeiro/novembro.

5. BRASIL: Intercâmbio Comercial 1986-1994

Destinatário	US\$ milhões						
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992/1
Total	22.348	14.044	26.224	18.592	33.789	14.605	34.383
Total, exclusive OPEP	20.550	11.533	24.223	15.180	31.703	11.561	32.559
AELC	646	644	593	652	539	742	559
Aladi	20.040	1.710	2.497	1.604	3.068	1.707	3.049
Argentina	678	737	832	580	975	707	710
Chile	246	278	355	541	349	593	515
Uruguai	203	301	268	247	321	334	596
Paraguai	289	150	289	66	341	117	221
México	156	171	214	274	116	431	194
Outros	468	93	582	144	616	104	360
Canadá	436	434	562	410	874	419	886
CEE	5.869	3.174	6.941	3.364	9.342	3.227	9.937
Alemanha	1.099	1.285	1.229	1.449	1.424	1.435	1.583
Países Baixos	1.299	253	1.608	287	2.583	244	2.671
Itália	910	349	1.270	313	1.378	1.555	1.555
Reino Unido	646	346	756	1.065	379	1.065	403
Francia	718	569	678	601	850	574	916
Bélgica	484	103	611	128	921	129	967
Espanha	447	82	444	107	749	88	97
Outros	266	187	345	80	372	65	416
Comexcon	863	400	1.344	3.936	1.043	1.20	992
EUA	6.306	3.228	7.325	3.187	8.714	3.121	8.014
Japão	1.514	832	1.676	843	2.271	960	2.312
Demais Países	2.876	1.061	3.285	1.184	5.852	1.065	6.510
OPEP	1.798	2.511	2.001	3.412	2.086	3.044	1.824

Fonte: SECEX, SRF-Cotec e Banco Central do Brasil

1/Dados preliminares

2/Dados preliminares janeiro/novembro.

6. BRASIL: Indicadores diversos das relações econômico-financeiras com o Exterior 1981-1994

Indicador	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994 1/
Taxa de Câmbio - Variações Percentuais														
Compra - Final de Período	95,1	97,7	289,4	223,6	229,5	42,4	383,6	959,2	1.384,2	1.391,7	533,9	1.059,1	2.532,6	611,8
Compra - Média Anual	76,6	93,2	221,7	217,6	237,9	119,4	189,4	571,9	964,7	2.304,8	503,9	1.013,7	1.882,4	1.859,9
Venda - Final de Período	95,1	97,7	289,4	223,6	229,5	42,4	383,6	959,2	1.384,1	1.397,3	528,5	1.059,0	2.532,5	613,4
Venda - Média Anual	76,8	93,2	221,7	217,6	237,7	119,5	189,4	571,9	965,6	2.304,9	501,3	1.012,1	1.882,4	1.865,8
Reservas Internacionais (US\$ milhões) 1/														
Caixa	938	-1.555	7.522	7.690	4.585	4.433	5.359	7.268	8.751	8.552	19.008	25.878	40.441	
Balanço de Pagamentos	3.260	3.757	11.033	10.631	5.330	6.799	8.116	8.736	9.175	8.763	23.268	31.710	42.474	
Liquiddez	7.507	4.563	11.995	11.608	6.760	7.458	9.140	9.679	9.973	9.406	23.754	32.211	42.845	

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ A partir de 1986 exclui o Banco do Brasil.

2/ Posição em ouro.

7. BRASIL: Saldos da Dívida Mobiliária Interna Federal e Taxas de Juros 1984-1994

	R\$ 1,00 U										
Distribuição	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Total											
Em carteira do Banco Central	14	52	272	2.181	15.757	300.862	5.718.780	29.344.892	373.273.631	7.722.117.131	23.973.000.000
Fora do Banco Central	23	94	131	834	11.465	256.954	804.449	4.493.219	163.973.914	4.987.559.280	62.579.548.056
ORTN/OTN											
Em carteira do Banco Central	13	33	153	986	6.398	880	-	-	-	-	-
Fora do Banco Central	22	91	54	225	3.608	271	169	250	812	1.091	-
LTN											
Em carteira do Banco Central	2	19	119	194	-	-	61.174	-	-	-	-
Fora do Banco Central	0	3	3	15	-	-	250.155	-	-	-	-
BTN											
Em carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	5.049	37.433	188.434	213.377	-	-
Fora do Banco Central	-	-	-	-	2.609	239.212	257.481	3.941.784	25.387.964	4.965.455	36.407.317
LFT					7.857	251.633	505.631	2.752.609	8.880.559	949	-
Em carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BTNE											
Em carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTNE											
Em carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN											
Em carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LBC											
Em carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DBC											
Em carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Over-Selic											
IGP-DI (centrado) 2/ 3/	242,5 %	272,8%	68,6%	353,0%	1.057,7%	2.407,3%	1.151,2%	536,9%	1.549,4%	3.060,0%	1.153,6%
Over real	277,9%	242,7%	61,0%	431,9%	1.117,9%	2.012,6%	1.216,9%	48,8%	596,7%	2.851,5%	933,4%
	4,4%	8,8%	4,8%	-14,8%	-4,9%	18,7%	-4,8%	-8,6%	30,2%	7,1%	21,3%

1/ Valores anteriores a jul/94 convertidos pela URV de jun/94 (CR\$ 2.750,00).

2/ IGP-DI centrado em final de mês, ou seja, a média geométrica do mês de referência e do mês posterior.

3/ Estimativa do IGP-DI para o mês de jan/95 = 1%

8. BRASIL: Saldos da Dívida Líquida do Setor Público 1991-1994

R\$ milhões 1/

Discriminação	1991		1992		1993		1994 Set 2/	
	Valores	% do PIB	Valores	% do PIB	Valores	% do PIB	Valores	% do PIB
DÍVIDA TOTAL	56.1	43.51	678.3	42.76	17,817	38.56	147,968	31.73
Governo Federal e Banco Central do Brasil	18.8	14.58	221.8	13.98	5,207	11.27	55,353	11.87
Governos Estaduais e Municipais	10.6	8.24	168.5	10.62	5,001	10.82	49,217	10.55
Empresas Estatais	26.7	20.70	288.0	18.15	7,610	16.47	43,398	9.31
DÍVIDA INTERNA	20.5	15.94	336.8	21.23	10,064	21.78	108,862	23.35
GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL DO BRASIL	(3.2)	(2.47)	15.0	0.95	1,002	2.17	27,266	5.85
Div. Mob. fora do Banco Central	4.5	3.49	164.0	10.34	4,988	10.80	59,596	12.78
Dívida Bancária	(2.7)	(2.08)	(35.7)	(2.25)	(1,103)	(2.39)	(10,328)	(2.21)
Arrecadação a Recolher	(0.1)	(0.08)	(3.9)	(0.25)	(74)	(0.16)	(1,611)	(0.35)
Previdência Social	(0.0)	(0.01)	(4.6)	(0.29)	(125)	(0.27)	(1,732)	(0.37)
Agências Descentralizadas	0.1	0.11	5.5	0.35	222	0.48	2,123	0.46
Aviso MF-30	(9.6)	(7.43)	(115.7)	(7.29)	(3,056)	(6.61)	(19,302)	(4.14)
Certificado de Privatização, Dívida Vencida e Renegociada e Títulos da Dívida Agrária	0.5	0.40	8.8	0.56	101	0.22	1,814	0.39
Fundo de Amparo ao Trabalhador - (FAT)	(1.4)	(1.12)	(23.2)	(1.46)	(788)	(1.71)	(8,948)	(1.92)
Títulos Estaduais e Municipais	(0.9)	(0.67)	(0.2)	(0.01)	(9)	(0.02)	0	0.00
Base Monetária	2.3	1.79	25.2	1.59	517	1.12	12,788	2.74
Depósitos em NCzS no BCB (Lei nº 8.024)	3.8	2.95	0.0	0.00	0	0.00	0	0.00
Recolhimento Especial Remunerado - RER	0.5	0.38	6.2	0.39	204	0.44	1,495	0.32
Outros Depósitos no BCB	1.6	1.27	24.7	1.56	746	1.62	10,111	2.17
Créditos do BCB às Inst. Financeiras	(0.7)	(0.51)	(17.4)	(1.10)	(121)	(0.26)	(10,912)	(2.34)
Demais Contas	(0.6)	(0.50)	(9.7)	(0.61)	(261)	(0.56)	(2,419)	(0.52)
Carteira de Fundos de Entid. Autônomas em Tit. Pùb.	(0.6)	(0.46)	(9.0)	(0.57)	(240)	(0.52)	(4,514)	(0.97)
Dívida Assumida pela União Lei nº 8.727/93	-	-	-	-	-	-	6,794	1.46
Créditos da União Lei nº 8.727/93	-	-	-	-	-	-	(7,688)	(1.65)
GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	9.0	6.97	148.7	9.37	4,455	9.64	45,180	0.69
Dívida Mobiliária fora do BCB	2.7	2.08	60.6	3.82	1,982	4.29	12,999	2.79
Dívida Mobiliária no BCB	0.9	0.67	0.2	0.01	9	0.02	9,384	2.01
Títulos em Tesouraria	(0.3)	(0.20)	(5.1)	(0.32)	(62)	(0.13)	(1,098)	(0.24)
Dívida Bancária e Agências Descentralizadas	4.5	3.47	76.9	4.84	2,116	4.58	16,473	3.53
Arrecadação a Recolher	(0.0)	(0.02)	(0.4)	(0.03)	(8)	(0.02)	(102)	(0.02)
Depósitos à Vista + Dépôs. Agências Desc.	(0.4)	(0.31)	(2.8)	(0.18)	(93)	(0.20)	(1,242)	(0.27)
Aviso MF-30	1.7	1.29	19.4	1.22	510	1.10	3,081	0.66
Dívida Renegociada Lei nº 8.727/93	-	-	-	-	-	-	5,685	1.22
EMPRESAS ESTATAIS	14.7	11.44	173.1	10.91	4,606	9.97	36,415	7.81
Dívida Bancária	5.7	4.43	66.1	4.17	1,825	3.95	18,017	3.86
Depósito à Vista	(0.1)	(0.07)	(1.2)	(0.07)	(18)	(0.04)	(279)	(0.06)
Empreiteiras e Fornecedores	0.3	0.26	4.1	0.26	100	0.22	468	0.10
Debêntures	1.2	0.90	11.7	0.74	283	0.61	2,506	0.54
Carteira das Empresas Estatais	(0.3)	(0.21)	(3.9)	(0.25)	(129)	(0.28)	(2,521)	(0.54)
Aviso MF-30	7.9	6.14	96.3	6.07	2,545	5.51	16,221	3.48
Dívida Renegociada Lei nº 8.727/93	-	-	-	-	-	-	2,003	0.43
DÍVIDA EXTERNA	35.5	27.57	341.5	21.53	7,754	16.78	39,106	8.39
Governo Federal e Banco Central do Brasil	22.0	17.05	206.8	13.03	4,205	9.10	28,086	6.02
Governos Estaduais e Municipais	1.6	1.27	19.8	1.25	546	1.18	4,036	0.87
Empresas Estatais	11.9	9.25	114.9	7.24	3,003	6.50	6,983	1.50

Fontes: Bacen/DEPEC.

- /Obs: PIB em doze meses a preços do final do último mês do período, ajustados pelo deflator implícito - Defl. IGP-DI centrado.

1/- De 1991 a junho/94, valores em Cruzeiros foram divididos por 2.750 e transformados em Reais.

2/- Dados preliminares.

9. BRASIL: Indicadores de Endividamento 1980-1993

	US\$ bilhões										
Discrição	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980
Serviço da Dívida	14.1	17.8	20.6	12.6	13.0	12.8	13.8	9.7	19.3	12.8	8.1
Amortizações 1/	6.7	7.5	8.1	2.6	2.1	2.3	3.7	4.2	5.5/3	5.6/2	4.6/2
Juros Brutos	7.4	10.3	12.5	10.0	10.9	10.5	10.1	5.5/2	13.8	7.2/2	3.5/2
Dívida Registrada (A)	53.8	61.4	70.2	81.3	91.1	95.9	101.8	107.5	102.6	99.3	96.5
Dívida Não Registrada (B)	10.4	12.6	15.3	12.4	11.0	9.3	9.4	13.7	10.9	16.2	26.9
Dívida Total (C) = (A+B)	64.2	74.0	85.5	93.7	102.1	105.2	112.2	121.2	113.5	115.5	123.9
Reservas Internacionais (D)	6.9	7.5	4.0	4.6	12.0	11.6	6.8	7.5	9.1	9.7	10.0
Creditos Brasileiros no Exterior (E)	2.0	1.8	1.7	2.4	2.8	3.4	1.7	2.6	2.2	2.5	2.1
Haveres de Bancos Comerciais (F)	1.5	2.1	2.1	1.9	2.3	2.0	1.4	1.4	1.8	2.4	1.0
Dívida Total Líquida (G) = (C-D-E-F)	53.8	62.6	77.7	84.8	85.0	88.2	101.3	109.7	100.4	100.9	108.4
Exportações	20.1	23.3	20.2	21.9	27.0	25.6	22.4	26.2	33.8	34.4	31.4
PIB	219.6	230.9	246.7	248.0	272.9	305.6	337.9	361.7	375.9	406.1	406.4
Memorando (Em percentagem)											
Serviço da Dívida/Exportações	70	76	102	58	48	50	62	37	57	37	26
Serviço da Dívida/PIB	6	8	8	5	5	4	4	3	5	3	3
Dívida Total/Exportações	319	318	423	428	378	411	496	463	336	336	393
Dívida Total/PIB	29	32	35	38	37	34	33	34	30	28	30
Dívida Total Líquida/Exportações	268	269	385	387	315	345	452	419	297	293	345
Dívida Total Líquida/PIB	24	27	31	34	31	29	30	30	27	25	27

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Preliminar

1/ Exclui pagamentos em moeda nacional. Não estão consideradas as amortizações refinanciadas, a partir de 1983.

2/ Exclui pagamentos em atraso.

3/ Não inclui pagamento de Bridge Loan no valor de US\$ 955 milhões.

10. BRASIL: Necessidades de Financiamento do Setor Público 1991-1994

Fluxos em R\$ milhões

Discriminação	1991	1992	1993	1994
Total Nominal	16.1	299.6	9,219	91,767
Governo Federal e Banco Central	3.9	108.2	3,415	35,311
Governos Estaduais e Municipais	5.9	108.5	3,828	37,944
Empresas Estatais	6.3	82.9	1,976	18,512
Total Operacional	0.1	17.5	175	(2,715)
Governo Federal e Banco Central	0.0	7.4	133	(3,542)
Governos Estaduais e Municipais	(0.4)	4.3	16	772
Empresas Estatais	0.5	5.8	26	55
Total Primário	(1.6)	(4.2)	(245)	(9,673)
Governo Federal e Banco Central	(0.6)	(3.8)	(77)	(5,712)
Governos Estaduais e Municipais	(0.8)	(0.2)	(83)	(2,080)
Empresas Estatais	(0.2)	(0.1)	(86)	(1,881)
Total Juros Reais	1.8	21.7	421	6,957
Governo Federal e Banco Central	0.6	11.2	210	2,170
Governos Estaduais e Municipais	0.4	4.5	99	2,851
Empresas Estatais	0.7	5.9	112	1,936
PIB (acumulado no ano) 2/	57.1	619	14,049	234,007
Em percentagem do PIB				
Total Nominal	28.24	48.43	65.62	39.22
Governo Federal e Banco Central	6.90	17.49	24.31	15.09
Governos Estaduais e Municipais	10.32	17.54	27.25	16.21
Empresas Estatais	11.03	13.40	14.06	7.91
Total Operacional	0.20	2.84	1.25	(1.16)
Governo Federal e Banco Central	0.08	1.20	0.95	(1.51)
Governos Estaduais e Municipais	(0.72)	0.70	0.12	0.33
Empresas Estatais	0.83	0.93	0.19	0.02
Total Primário	(2.88)	(0.67)	(1.75)	(4.13)
Governo Federal e Banco Central	(1.05)	(0.61)	(0.55)	(2.44)
Governos Estaduais e Municipais	(1.47)	(0.04)	(0.59)	(0.89)
Empresas Estatais	(0.35)	(0.02)	(0.61)	(0.80)
Total Juros Reais	3.08	3.51	2.99	2.97
Governo Federal e Banco Central	1.14	1.82	1.49	0.93
Governos Estaduais e Municipais	0.76	0.73	0.70	1.22
Empresas Estatais	1.18	0.96	0.79	0.83

Fonte: Banco Central - Departamento Econômico

1/- Dados preliminares

2/- PIB a preços correntes

OBS: De 1991 até junho de 1994, os valores em cruzeiros foram divididos por 2.750 e transformados em Reais.

11. BRASIL: Endividamento Externo Bruto 1982-1994

	Saldos em US\$ milhões												
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
A. Dívida total (B+C)													
B. Dívida registrada no Banco Central / Emprestimos do FMI	85.487	93.746	102.127	105.171	111.203	121.188	113.511	115.506	122.439	123.910	135.949	145.660	149.506
USAID - "Emprestimos Programa"	70.197	81.319	91.091	95.857	101.759	107.514	102.555	99.285	96.546	92.996	110.835	114.270	119.109
Bônus	544	2.648	3.967	4.668	4.490	3.938	3.075	2.439	2.206	1.173	739	305	230
Financiamentos de importações	2.616	2.226	1.737	1.919	1.901	1.589	1.586	1.126	1.147	2.490	10.376	10.270	54.184
Entidades internacionais	13.520	16.242	18.379	22.630	27.713	33.609	31.031	34.251	34.952	32.235	38.351	36.282	36.520
BIRD	2.341	4.324	5.714	7.411	9.059	10.027	10.95	11.514	12.081	11.462	11.057	10.561	10.29
BID 2/	1.202	1.367	1.397	1.920	2.071	2.405	2.591	2.380	2.624	2.488	3.235	3.510	3.421
CIFI	301	303	285	279	231	222	252	405	474	455	450	479	550
Outras	3	66	127	155	390	468	406	419	390	292	199	121	103
Agências governamentais	3.690	4.405	6.173	7.792	10.225	12.670	13.003	13.380	12.847	10.911	19.834	19.629	19.932
USAID - "Emprestimos Projeto"	519	518	466	476	460	488	476	462	456	453	282	324	209
USDA - Lei nº 480, Trigo (VII, VIII e VIII Accordos)	50	44	37	30	23	18	14	14	14	14	14	14	9
Trigo - outros financeiros	839	1.168	1.375	1.125	697	661	444	97	70	81	78	76	67
Eximbank - EUA	934	981	789	633	532	457	355	370	356	340	167	159	132
Eximbank - Japão	477	502	384	349	510	602	523	370	356	340	188	180	120
Kreditanstalt für Wiederaufbau	613	722	644	796	1.167	1.503	1.398	1.527	1.863	1.681	1.430	1.224	1.188
OPIC	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Outras 3/	256	469	2.477	4.341	6.734	8.865	9.690	10.554	9.752	8.046	17.660	17.637	18.243
Outros financeiros	5.983	7.513	6.492	7.427	8.429	10.912	9.833	9.357	10.024	9.862	7.460	6.092	5.959
Empréstimos em moeda	52.915	59.633	66.467	66.195	67.185	67.938	64.438	61.082	57.856	56.720	60.991	67.179	27.943
Resolução nº 63, de 21.8.67	16.145	15.115	13.630	11.379	8.772	6.831	4.317	2.604	2.036	1.792	6.044	8.863	-
Instrução nº 289, de 14.1.65													
Lei nº 4.131, de 3.9.62													
Empréstimos diversos	36.763	44.511	52.830	54.809	58.406	61.099	60.133	58.470	55.812	54.920	54.939	58.308	-
C. Dívida não-registrada	138	121	111	95	82	68	58	47	45	38	38	30	28
Linhas de crédito de import. de petróleo	15.290	12.427	11.036	9.314	9.444	13.674	10.956	16.221	26.893	30.914	25.114	31.390	30.397
Outras linhas de crédito	4.059	3.638	3.309	2.880	2.493	2.159	1.931	1.339	1.569	2.016	2.438	2.366	1.988
Bancos comerciais (obrigações)	627	439	370	148	798	963	1.212	1.369	1.582	494	295	11	84
Operações especiais	6.404	5.520	6.870	6.007	5.459	5.905	6.636	7.228	8.352	9.354	15.740	21.915	27.917
	4.200	2.830	487	279	694	647	1.177	6.265	15.390	19.050	6.641	7.098	408

1/ As posições acima referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, correspondendo a dívida de médio e longo prazos, não cabendo conciliação com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

2/ Inclusive financiamento de serviços e custos locais.

3/ Inclui valores rescalonados junto ao Clube de Paris.

12. BRASIL: Petróleo bruto e derivados: produção, importação, exportação e consumo aparente 1980-1994

	US\$ milhões													
Discrição	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 1	1992 2
Petróleo Bruto														
Produção Nacional (Mil b/d)	187	220	268	339	474	563	593	590	576	616	653	646	651	665
Importações (Mil b/d)	869	845	798	729	649	545	601	624	639	592	571	526	528	400
USS Milhões	9.372	10.604	9.566	7.822	6.735	5.418	2.786	3.859	3.194	1.390	4.354	3.371	2.069	471
USS/b	29,47	34,38	32,84	29,40	28,35	27,24	12,70	16,94	13,66	15,70	20,90	17,56	15,88	14,64
Exportações (Mil b/d)	-	-	15	22	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
USS Milhões	-	-	178	270	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
USS/b	-	-	32,56	33,51	28,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de Petróleo														
Importações (Mil b/d)	44	28	69	31	14	36	44	52	86	80	70	106	166	382
USS Milhões	47,2	40,2	54	35,7	131	276	234	264	321	364	281	702	1.073	304
USS/b	29,30	39,32	22,01	31,55	25,55	21,00	14,57	13,91	10,20	12,41	14,87	16,58	17,66	16,21
Exportações (Mil b/d)	37	81	108	120	184	169	131	149	155	129	92	73	87	131
USS Milhões	35,0	9,66	1,49	1,21	1,793	1,606	674	930	876	832	672	521	619	863
USS/b	25,85	32,67	29,15	25,59	26,62	26,04	14,10	17,10	15,42	17,64	20,01	19,45	19,38	17,99
Produção Consumo Aparente (%)	17,59	22,07	26,67	34,86	49,74	57,74	53,57	52,82	50,26	53,15	54,33	53,61	51,75	50,53
Total Import. de Petróleo e Derivados/ USS Milhões	9.844	11.006	10.120	8.179	6.866	5.694	3.020	4.123	3.515	3.754	4.735	4.073	4.142	4.399
Total Import. de Petróleo e Derivados/ Importações Totais do Brasil (%)	42,88	49,82	52,18	53,01	49,34	43,29	21,50	27,39	24,07	20,56	22,92	19,36	20,15	17,26
Total Import. de Petróleo e Derivados/ Exportações Totais do Brasil (%)	48,90	47,25	50,16	37,35	25,42	22,21	13,51	15,72	10,40	10,92	15,07	12,88	11,57	11,40

Fonte: PETROBRÁS, SECEX e Banco Central do Brasil.

1/ Dados preliminares.

2/ Dados preliminares até novembro.

13. BRASIL: Preços e Salários 1986-1994

Discriminação							Variação %
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	
Índice de Preços ao Consumidor - IPC	63.50	432.30	1.006,40	1.759,60	1.657,70	493,80	1.56,20
Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA	91,90	363,00	980,00	1.973,00	1.621,00	473,00	1.119,00
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	58,60	395,00	993,00	1.864,00	1.585,00	475,00	1.149,00
Índice Geral de Preços - Disp. Interno - IGP-DI	65,00	415,80	1.037,60	1.782,90	1.476,60	480,20	1.158,00
Índice de Preços por Atacado - Disp. Interna - IPA-DI	62,60	407,20	1.050,00	1.748,80	1.449,50	417,70	1.154,20
Índice de Preços por Atacado - Oferta Global - IPA-OG	59,92	400,66	1.055,41	1.732,42	1.425,26	472,86	1.161,01
Índice Nacional de Custo da Construção - INCC	81,26	416,63	1.061,00	2.023,00	1.095,00	486,00	1.195,00
Variação dos Preços dos Combustíveis							
GLP	131,75	325,20	811,11	1.713,01	1.228,39	488,82	1.184,72
Álcool Hidratado	131,52	323,75	762,32	1.563,87	1.227,69	489,82	1.184,72
Gasolina	13,14	461,29	1.026,44	1.384,69	1.235,64	584,74	1.655,32
Óleo Diesel	10,71	544,97	770,26	1.680,97	1.311,82	619,84	1.171,56
Salário Mínimo (Final de Período)							
Valor (R\$)	0,00	0,00	0,04	0,79	0,00	0,02	0,19
Varição (%)	34,00	347,76	1.022,92	1.849,73	1.021,17	375,28	1.143,30
Índice Total de Salários Nominais	183,15	201,00	654,00	1.414,00	2.202,00	376,00	1.615,00
Indústria de Transformação (FIESP) I/							

Fontes: IBGE, FGV, FIESP e Ministério da Fazenda.
1/ Variação percentual média de dez/93-nov/94 contra dez/92-nov/93.

14. BRASIL: Indicadores do Nível de Emprego 1986-1994

Discriminação	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994 2)
Nível de Emprego (Var. %) 1)									
Total	4.95	0.77	2.99	2.9	-3.98	-2.5	-2.84	0.68	0.82
Ind. de Transformação	9.76	-2.5	1.99	2.3	-8.03	-4.44	-5.18	0.75	0.68
Comércio	6.98	0.68	3.8	4.84	-2.21	-4.62	-3.26	1.86	1.69
Serviços	2.33	3.64	4.12	3.14	-2.16	-1.17	-1.73	0.97	0.97
Construção Civil	6.95	-0.35	5.92	-1.95	-8.15	-1.8	-4.51	-1.87	-1.26
PEA (milhões de hab.)	56.8	59.5	61	62.5	64.5	4.28	4.83	5.76	5.31
Taxa Média de Des. Aberto /3	3.59	3.73	3.85	3.35	2.76	3.5	3.59	4.03	4.07
Rio de Janeiro	3.49	3.24	3.09	4.02	3.44	4.55	5.52	6.51	5.73
São Paulo	3.34	3.76	3.76	3.39	4.02	3.39	4.09	4.11	4.46
Belo Horizonte	3.72	3.92	3.92	3.63	2.58	3.72	4.34	5.51	4.01
Porto Alegre	3.87	3.92	4.08	4.63	4.37	5.39	5.91	6.76	6.61
Salvador	4.54	5.18	4.39	5.18	5.31	5.65	5.9	8.46	7.06
Recife									

Fontes: Ministério do Trabalho e IBGE.

1/ Posição do emprego em dezembro de cada ano.

2/ Nível de emprego: variação perc. de out93 a out94.

3/ Desemprego aberto: posição até novembro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO
Ministério do Planejamento e Orçamento

COMPOSIÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
Casa Civil da Presidência da República
Subchefia para Assuntos Parlamentares

ESTA OBRA FOI
IMPRESSA PELA
IMPRENSA NACIONAL
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1995, COM UMA TIRAGEM
DE 1.500 EXEMPLARES.